

A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas

ROSA VARELA GOMES*

RESUMO

Apresentamos síntese dos objetivos, conceitos e contributos que enformam a Arqueologia da Idade Moderna em Portugal. Esta área de investigação denominada, por vezes, Arqueologia Pós-Medieval, permite obter conhecimentos sobre período compreendido entre os finais do século XV e o último terço do século XVIII, tanto nos núcleos urbanos como nos meios rurais, marítimos e, em particular, no que respeita aos quotidianos. Os temas investigados relacionam-se com o urbanismo, arquitetura, barcos e outras construções mas, também, sobre a vida e a morte, aspetos que, individual ou globalmente, irão fazer «História».

Palavras-chave: Portugal – Arqueologia – Idade Moderna

ABSTRACT

This paper aims to discuss the objectives, concepts and contributions of Modern Archaeology in Portugal. This area of research, sometimes called Post-Medieval archaeology, allows new knowledge about urban, rural and maritime archaeology, and the daily life of populations, in a period between late 15th century and the last third of the 18th century. The information concerns urbanism, architecture, ships, and other structures but also life and death, aspects that in an individual or global perspective will produce «History».

Keywords: Portugal – Archaeology – Post-Medieval Archaeology

* Universidade Nova de Lisboa, F. C. S. H., Departamento de História, Av. de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal, e-mail: rv.gomes@fch.unl.pt.

1. CONTEÚDOS, DIACRONIAS E SINCRONIAS

A Arqueologia da Idade Moderna estuda sociedades humanas, inseridas no meio ambiente, através dos testemunhos que por elas nos foram legados, quer sejam construções, artefactos, ideofactos ou ecofactos, capazes de oferecer informação histórica derivada dos muito diversificados comportamentos daquelas, ocorridos durante a Idade que lhes dá nome e portanto, entre os finais do século XV e o último terço do século XVIII.

A Arqueologia da Idade Moderna diferencia-se das restantes áreas da Ciência Arqueológica, desde logo devido à cronologia da informação empírica que maneja mas, ainda, por diferente construção teórica, caracterizada por perspectiva holística, obrigada a cruzar contributos muito distintos (arqueológicos, epigráficos, iconográficos, literários, antropológicos, zoológicos, botânicos, geológicos, arquitetónicos, artísticos, etc...).

Plantas e imagens de construções, sejam elas simples casas, fortificações, palácios, templos ou sepulturas, que parecem, não raro, elucidativas aos investigadores daquilo que representam em termos históricos, não registam, efetivamente, as alterações/demolições/destruições, ou seja, a história dos lugares, própria da evolução das comunidades que construíram e adaptaram aquelas estruturas, ao longo dos anos, a sucessivas vivências. Estas, em geral omissas naqueles registos, refletem o dinamismo dos quotidianos que, em boa parte, podem ser identificados, apenas, através da Arqueologia, permitindo-nos obter conhecimentos que abrangem tanto os aspetos relacionados com a vida, como com a morte, nomeadamente no que respeita a patologias e suas causas, hábitos alimentares, etc..., através de linhas de investigação efetuadas em colaboração com outros cientistas.

Artefactos utilizados no quotidiano, como as cerâmicas e os vidros, constituem, por vezes, a única prova efetiva das redes comerciais existentes entre certas

regiões ou cidades e os centros produtores, além de refletirem aspetos económicos de quem os possuía (Gomes e Gomes, 1996; Gomes e Gomes, 1998).

A Arqueologia da Idade Moderna investiga em Portugal período de certa estabilidade económica, que se reflete em significativas alterações urbanísticas e arquitetónicas processadas a partir dos últimos tempos da Idade Média, pondo fim ao crescimento orgânico das cidades e adotando-se regras de planeamento. Assistiu-se, então, à expansão daquelas para o exterior dos perímetros fortificados, que alguma paz política foi fazendo perder interesse estratégico. Nestes novos espaços constroem-se grandes praças, com edifícios administrativos, que articulam a circulação envolvente e, dada a sua dimensão, permitem a realização de atividades, tanto sagradas como profanas. Constitui um bom exemplo do que referimos o Terreiro do Paço manuelino, a renovação urbana de cidades e vilas ou a remodelação de igrejas e de praças, habitadas pela aristocracia ou pelo clero (França, 1977, p. 23).

Grandes obras públicas e privadas desenvolveram-se ao longo da Modernidade, devidamente planeadas, numa lenta mas segura evolução, preparando os núcleos urbanos para uma maior interação económica, social e ideológica, tanto interna como a média e longa distância, enformando os inícios de conceito a que se tem vindo a chamar globalização.

Aquelas estendem-se gradualmente às zonas periurbanas, com a edificação de templos e conventos, que passam a proliferar no atual território português, e rurais, onde se edificaram quintas pertencentes aos designados «torna-viagens», que associam requintados palácios a importantes explorações agrícolas, recordando os latifúndios romanos, com a sua *pars urbana* e *pars fructuaria*, tendo, algumas delas, cercas que as protegiam (Beja e Teixeira, 2008, p. 309, 310). As influências exógenas são visíveis nos motivos decorativos, onde se representaram animais fantásticos, relacionados com velhas mitificações europeias e novos contributos hauridos através da Expansão.

A proximidade temporal do período em que incide a disciplina, objeto do presente texto, torna possível associar determinadas construções, públicas ou privadas, não só ao dono da obra, como ao arquiteto, profissão agora emergente no seio dos antigos mestres-construtores, e mesmo a certas personagens, com a qual, por tradição ou por interesse, aquelas por vezes inexplicavelmente se relacionam. Entre exemplos, mais ou menos aleatórios, cabe referir a Casa dos Bicos, conotada com a poderosa família de Afonso de Albuquerque, o Convento de Santana, em Lisboa, de Miguel de Arruda, que também foi mestre das obras do Mosteiro da Batalha, ou a designada Casa de João Esmeraldo, no Funchal, que, segundo a tradição, terá albergado Cristóvão Colombo, quando este ali aportou na sua terceira e última viagem às Antilhas. Os palácios, as grandes mansões, as quintas e os domínios aristocráticos vão ser conhecidos pelo nome das famílias

a que pertencem, muitos deles conservando tais denominações ainda hoje, uma vez entrados na toponímia.

As técnicas de escavação e registo da Arqueologia Moderna não diferem das restantes disciplinas da Área apesar de, por vezes, os testemunhos daquela Idade serem negligenciados, pouco estudados e publicados, eventualmente por falta de informação dos responsáveis pelos trabalhos.

Muito embora a metodologia analítica entre a Arqueologia e a História da Arte da Idade Moderna possa, em certos aspetos, ser semelhante, visto que o historiador de arte realiza a leitura estratigráfica de finas películas pictóricas ou de fases de edificação, o que hoje se vem chamando Arqueologia da Arquitetura, o arqueólogo tenta reconhecer aqueles dados a par dos níveis de ocupação, capazes de ajudar na construção de modelos diacrónicos que conduzam ao melhor conhecimento do passado humano e, sobretudo, às muitas vertentes e especificidades que a informação literária não contempla.

Enquanto o historiador trabalha sobre a informação contida nas fontes escritas, o arqueólogo reconhece aquela nos testemunhos arqueológicos resultantes da enorme pluralidade e diversificação das ações humanas. Estas não se encontram espartilhadas pelas particularidades que diretamente refletem contextos ideológicos, pelo que, não raro, evidenciam acentuados contrastes em relação à história documental. Os textos transmitem-nos não só conhecimentos parcelares, como normalmente relacionados, apenas, com momentos considerados especialmente importantes para o poder político, religioso e/ ou administrativo instituído, pelo que claramente conotados com elites e cadeias de obediência. Destas, derivam as informações que possuímos antes da intervenção arqueológica, das principais edificações e até de certos quotidianos de que perviveram, por vezes, peças sumptuárias. Confirma o que mencionámos importante síntese histórica onde, através da documentação, se analisam, apenas, quotidianos nobres e onde o desfasamento com os testemunhos arqueológicos conhecidos é, por demais, evidente (Buescu e Felismino, 2011).

De qualquer modo, os textos e os contextos arqueológicos da Idade Moderna podem permitir, em conjunto, a reconstituição holística do *modus vivendi* de determinadas comunidades visto que, como se sabe, alimentos, tecidos, madeiras, couros, entre outros materiais orgânicos, desaparecem, conservando-se apenas em condições excecionais nos registos arqueológicos. Por exemplo, da presença de arcas, cadeiras e camas chegam até nós, somente, puxadores, pregos ou outros elementos, produzidos em materiais não perecíveis. Neste caso, para a reconstituição das sociedades humanas, as pontes entre a História, a História da Arte e a Arqueologia da Idade Moderna, como disciplinas autónomas mas com interesses comuns, podem ser, por vezes, esclarecedoras. Esta «aliança» foi bem interpretada por Artur Nobre de Gusmão (1956, p. 44) que, embora sendo historiador de arte, defendia o incontornável contributo da Arqueologia através da qual «(...)

demonstra-se e prova-se mas arqueologicamente. E essas provas, bem elaboradas, hão-de valer a despeito das contrárias opiniões de qualquer diferente autoridade, antiga ou moderna, seja qual for a sua proveniência». Ulteriormente, M. C. Mendes Atanázio na reedição da obra de Albrecht Haupt (1986, p. VI), no seguimento de livro de J. Lavalleye, considera «Com vista à datação e conservação do património artístico nacional, interessam as sondagens murarias e arqueológicas adrede conduzidas, os documentos escritos e monumentais mas também os gráficos e fotográficos que possam trazer informações para um melhor conhecimento relativo às modificações sofridas e dest'arte apanhar, com máximo de probabilidades, a integridade dos monumentos. Tal propósito é indispensável para quem faz História de Arte, por esta ter como objecto as obras-vivas-artísticas e o seu respectivo juízo de valor».

No entanto, se o historiador ou o historiador de arte, que investigam a Modernidade, trabalham ainda isoladamente, o arqueólogo precisa de equipa que, além dos técnicos de Arqueologia, inclui, em função das zonas a intervir, diferentes especialistas que, no terreno ou no gabinete, procedem a registos específicos e a análises, permitindo, mais tarde, as sínteses mais ou menos abrangentes.

Hoje são imprescindíveis os estudos arqueozoológicos e arqueobotânicos, tendo em vista a obtenção de informações relativas a espécies extintas ou àquelas que são, frequentemente, consumidas. Através das faunas pode saber-se se os testemunhos correspondem a animais domésticos ou selvagens, a idade de abate e, eventualmente, como foram confecionados (cozidos/ensopados ou grelhados), identificando-se marcas nos ossos que permitem reconhecer o tipo de corte/utensílio empregue e, também, a presença/ausência de comensais, como o cão e o gato ou até de ratos (Antunes, 1989, p. 49-52). Deve-se ao Professor Miguel Telles Antunes, da U. N. L., os primeiros trabalhos efetuados entre nós de faunas, das Idades Média e Moderna, oferecendo informação imprescindível na elaboração de estudos de carácter ambiental, económico e, até, ideológico.

A Arqueobotânica dá-nos a conhecer o coberto vegetal, autóctone e exógeno, assim como as espécies alimentares, a par de aspetos económicos, a partir de pólenes e de macro-restos exumados em silos, canteiros, zonas de confeção de alimentos, etc..., conforme se verificou no estudo efetuado das amostras recuperadas no Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra.

Naquele, foram identificadas árvores de fruto, tal como legumes, verduras e ervas aromáticas, tendo sido reconhecida, pela primeira vez em Portugal, a denominada abóbora chila (*Cucurbita ficifolia* Bouché), muito utilizada na doçaria conventual (Queiroz *et al.*, 2006, p. 95, 96, 99). Os primeiros estudos de espécies vegetais, da Idade Moderna, foram efetuados pelo Professor João Pais, da U.N.L., para amostras do Funchal, onde registou, entre outras espécies, a presença de ananás, proveniente da América do Sul, e de cocos, procedentes de África, comprovando contactos comerciais à distância, nos séculos XVI e XVII (Pais, 1989, p. 54-57).

As datações obtidas através do radiocarbono, muito embora não sejam frequentemente usadas para contextos da Idade Moderna, podem, com alguma precisão, confirmar as cronologias atribuídas pelos artefactos, ecofactos e sucessões estratigráficas reconhecidas. Hipóteses interpretativas muito sugestivas, em termos cronológicos e culturais, para Cabo Verde, dado apontarem para colonização da Ilha de S. Vicente anterior à chegada dos portugueses, foram corrigidas pelo ^{14}C , que indicou pertencer o contexto em estudo ao século XVII (Cardoso e Soares, 2010, p. 206-212).

A utilização daquele método de datação absoluta tem sido, na Arqueologia Moderna, mais usado em contextos subaquáticos, com o objetivo de classificar restos de embarcações de madeira (Covaneiro e Cavaco, 2010, p. 649; Alves *et al.*, 2001; Loureiro e Alves, 2007, p. 378; Rodrigues *et al.*).

Tanto os arqueólogos, com projetos de investigação decorrentes de posicionamentos teóricos, como aqueles que integram ações da denominada Arqueologia Preventiva, nomeadamente os chamados acompanhamentos, têm de recorrer a conhecimentos abrangentes, incluindo os de Arqueologia Moderna, tendo em vista compreenderem a informação empírica obtida no terreno e elaborarem modelos interpretativos de modo a contarem as histórias dos sítios investigados, que podem ter repercussão local, nacional ou, até, internacional.

Aqueles saberes não podem incluir, apenas, aspetos da Arquitetura ou alguns conhecimentos sobre cerâmicas, dado que estas, conforme acontece em outras Idades, constituem importante indicador cronológico e funcional dos arqueossítios, mas muitas outras informações, tendo em vista alcançarem bem argumentadas interpretações e integrações históricas credíveis dos espaços intervencionados.

Os testemunhos arqueológicos, património de todos nós, contrariamente aos documentais ou artísticos são, sistematicamente, destruídos à medida que prosseguem as escavações, o que, em nosso entender, constitui distinta responsabilidade para o arqueólogo, se comparado com o historiador ou o historiador de arte que podem, sempre que julguem necessário, voltar a ler o mesmo documento ou a reanalisar determinada obra de arte. No caso do arqueólogo, a destruição de grande parte dos testemunhos é irreversível, pelo que, desde logo, o posicionamento teórico e prático do arqueólogo é bem diferente do daqueles outros investigadores, a que se soma vertente antropológica, ausente em tais disciplinas.

Importa mencionar o facto de existir legislação específica, no que respeita ao património arqueológico, podendo impedir o arqueólogo de prosseguir os seus trabalhos no terreno, quando aqueles forem considerados pela Tutela como mal conduzidos. Este aspeto que, em casos extremos, pode levar à acusação criminal, não se verifica, tanto no caso do historiador como no do historiador de arte, que têm liberdade de escreverem o que bem entenderem, sem que isso afete, diretamente, o prosseguimento da sua pesquisa ou de outros, constituindo a única

penalização serem criticados pelos seus pares. Por outro lado, os seus documentos podem ser «lidos» por diferentes investigadores, enquanto que o ato de escavar e interpretar é, em si mesmo, solitário, cabendo a responsabilidade do seu registo para o futuro, inteiramente, ao arqueólogo.

Por vezes a Arqueologia da Idade Moderna é integrada na designada Arqueologia Histórica que, conforme o próprio nome indica, é bem mais abrangente, podendo ascender, em termos cronológicos, à Romanização e tendo como contraponto a Arqueologia Pré-Histórica, entendida como aquela que estuda as sociedades sem escrita, definição hoje posta de parte. No Museu Etnológico Português regista-se, nos Regulamentos, aprovados por Decreto de 11 de junho de 1914, a Secção de Arqueologia, subdividida em «*preistórica, protoistórica e histórica*». Esta última, por certo que correspondia aos tempos iniciados com o Período Romano (Moita, 1993-1994, p. 147). Ulteriormente, na reorganização daquele Museu, conforme o *Diário do Governo*, de 2 de maio de 1930, consta, novamente, a Secção de Arqueologia Histórica (1930-1931, p. 211).

A Arqueologia da Idade Moderna diferencia-se, também, da chamada Arqueologia Urbana, dado o âmbito cronológico que esta investiga, muito embora grande parte da sua área de pesquisa se desenvolva, de igual modo, nas zonas urbanas. De facto, a Arqueologia Urbana implica conhecimentos muito mais abrangentes, que abarcam desde a Pré-História à Idade Contemporânea e que, por isso, exigem a presença de especialistas em distintas áreas do saber arqueológico. Ambas disciplinas devem, em parte, o seu desenvolvimento e grande divulgação a partir dos anos setenta da passada centúria e, em particular, após o 25 de Abril de 1974, devido a alterações na mentalidade e maneira de ser de uma então nova geração e, em especial, à maior sensibilização para as problemáticas relacionadas com a preservação e recuperação do Património em geral, incluindo o arqueológico, como à difusão de tal conceito, conduzindo ao início de novas vias de investigação (Ferreira, 2002; Lemos, 2002).

Constituem referência as escavações arqueológicas efetuadas em Setúbal, após a criação do denominado Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em 1974, dedicadas, inicialmente, e tal como em Braga (1977), ao Período Romano, em Almada e Silves (1979), vocacionadas para as Idades Média, muçulmana e cristã, e Moderna.

De facto, entendemos, ainda nos finais dos anos setenta da passada centúria, que estruturas e espólios da Idade Moderna continham enorme potencial histórico mas que até então eram, apenas, abordados na perspetiva da História da Arte. A multiplicação de intervenções urbanas começava a proporcionar material, por vezes cotejável com as fontes escritas, mas de importância incontornável no que concerne à tentativa de criar modelos de quotidianos e das ideologias que eles refletem. Esta perspetiva tornou-se em imperativo quando escavámos o

Poço-Cisterna de Silves, entulhado nos finais do século XVI, com materiais não só de produção local ou regional, mas com muitos outros, importados, designadamente cerâmicas das oficinas sevilhanas e valencianas, como de diferentes centros produtores italianos e até porcelana chinesa, revelando um mundo de relações comerciais e culturais até então insuspeito nos quotidianos da Idade Moderna de uma urbe algarvia, que a história tradicional e erudita indicava como decadente. Aliás, foram os resultados obtidos durante as intervenções efetuadas naquela última cidade que estiveram na origem não só dos primeiros estudos sobre espólios modernos, como ali trabalharam jovens arqueólogos que depois procuraram investigar outros locais, mas deve-se à experiência então adquirida pelos responsáveis daquelas intervenções, a criação, mais tarde, no ano letivo de 1996-1997, de novo ramo de estudos na Área de Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Nesta instituição foram já apresentados e defendidos trinta e dois trabalhos finais de licenciatura, nove teses de mestrado e dois doutoramentos em Arqueologia da Idade Moderna.

Tal como ocorre com outras disciplinas, existem especializações na Arqueologia da Idade Moderna, dada a grande quantidade de informação disponível, correspondendo à Arqueologia da Expansão, Arqueologia de Contacto, Arqueologia Agrária e Industrial, assim como à Arqueologia Náutica e Subaquática, vertentes que, por nossa sugestão, foram implementadas nos *curricula*, inicialmente da licenciatura em História – Variante de Arqueologia e depois da licenciatura em Arqueologia, da F. C. S. H. da U. N. L. e onde, presentemente, lecionam jovens investigadores, nossos antigos alunos ou que para ali levámos.

2. GÉNESE E HISTÓRIA

2.1. Tempos pioneiros

Muito embora a mais antiga legislação referente à salvaguarda e proteção do património existente no então Reino de Portugal, datada de 13 de agosto de 1721 e promulgada pelo rei D. João V, não refira, explicitamente, a Arqueologia da Idade Moderna, nela constam estruturas e espólios com aquela cronologia. Este aspeto corresponde a ampla e diversificada visão do que se considerava como património histórico-cultural, cuja salvaguarda e proteção se colocava sob a tutela do Estado, através das autarquias e da Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular (Almeida, 1965, p. 103-104).

No entanto, o grande interesse pelos testemunhos materiais e espirituais da Modernidade, tal como nos restantes países europeus, remonta ao século XIX, radicando-se nos movimentos românticos, efetuando-se então estudos epigráficos, sobretudo ligados à tumulária, numismática e arquitetura, encarando-se a

Arqueologia como uma ciência abrangente. Esta filosofia irá dar origem à constituição, em 1863, da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, que recebeu patrocínio real, como apoio de associações congêneres europeias. Ulteriormente, em 1884, seria criado o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, a que se seguiu, em 1893, devido aos esforços de José Leite de Vasconcellos, a fundação do Museu Etnográfico Português, antecessor do atual Museu Nacional de Arqueologia. Estas instituições tinham como objetivo zelar, recuperar e acolher o património móvel, incluindo o arqueológico, e, conforme os próprios nomes indicam, numa perspetiva de abrangência total, em relação ao passado ocorrido no território português, incluindo a Idade Moderna.

Sobre aquela última instituição, José Leite de Vasconcellos (1897, p. 113) escreveria: «*Este Museu tem por fim contribuir, pela exposição permanente de objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português.*» Nesta fase inicial, quando o Museu funcionava no edifício da Real Academia das Sciencias de Lisboa, consta, na Secção de Arqueologia, subsecção designada por «*portuguesa*» subdividida por «*antiga e moderna*» (Vasconcellos, 1897, p. 114).

Na obra *Noções Elementares de Archeologia*, o arquiteto e arqueólogo José Posidónio Narciso da Silva (1878), figura tutelar e primeiro presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, considera a existência do designado «*Período Moderno*», que atribui aos fins do século XVI e até ao século XVIII, onde inclui a arquitectura religiosa, civil e militar, apresentando alguns exemplos europeus, e escassos nacionais, na perspetiva da História da Arte. Assim demonstra a sua muita erudição mas, quanto a nós, não valoriza devidamente o património nacional, aspeto que tratou em muitas outras ocasiões (Silva, 1878, p. 301-314). Aquele foi, na altura, também divulgado por vários investigadores estrangeiros que, tal como Albrecht Haupt, escreveram, no século XIX, sobre a arte em Portugal, constituindo, ainda hoje, a obra «*Arquitectura do Renascimento em Portugal*», importante referência documental no que respeita a plantas e pormenores de edifícios, observações arquitetónicas e revestimentos azulejares (Haupt, 1986, p. 129).

Data de 1894, o primeiro questionário arqueológico promovido pela Comissão dos Monumentos Nacionais, com o objetivo de obter informações para o estudo da «*archeologia portuguesa*», constituído por uma parte geral e outra de carácter militar (Vasconcellos, 1896, p. 237, 238). Esta iniciativa, além de refletir preocupações em relação à situação do património em geral, constitui bom exemplo da conceção da Arqueologia como um todo, dado incluir «*Monumentos prehistoricos...; Antiguidades romanas...; Tradições locais...; Antiguidades romanicas e gothicas...; Monumentos árabes...; Monumentos portugueses...; Antiguidades a que se não possa marcar origem conhecida. Noticia de retratos, estampas ou cartas geographicas, antigas*», sendo, ainda, solicitadas informações sobre o estado de conservação das peças. No que respeita

ao denominado «*Questionário militar*», são dados exemplos de quase todo o país do que se pretende, desde a Proto-História à Idade Moderna, como será o caso da Citânia de Briteiros, até ao Forte de S. Julião, passando pela Torre de Belém, entre outros, solicitando-se, de igual modo, dados sobre o tipo de material utilizado na construção. «*Notícias Archeológicas da Península da Arrábida*» constituiu, de certo modo, uma das respostas ao questionário anteriormente referido (Rasteiro, 1897).

O interesse pelos testemunhos do passado, existentes numa determinada região, é-nos, de igual modo, transmitido por Câmara Manoel (1895) no que respeita a Évora, valorizando todo o património que se pode ver no interior e exterior das muralhas daquela cidade. É de grande importância o relato que nos faz das «*demolições e excavações*» no antigo convento de S. Francisco daquela cidade, onde terá sido encontrado diversificado espólio que inclui numismas, de ouro e prata, ou cruces de marfim de rosário, sugerindo que devia ser guardado e estudado: «*(...) as cantarias lavradas, as colunas e capiteis encontrados, com as lindas janellas geminadas de estylo manuelino saídas das paredes demolidas, e com as diferentes cerâmicas (...)*». Destas, indica-nos tratarem-se de «*(pratos com letras azues em campo branco; púcaros, infusas, etc., de barro), de forma e feitios diversos, encontrados com ossos e terras (...)*» (Manoel, 1896a, p. 302). Os pratos mencionados devem corresponder a recipientes de faiança portuguesa. O mesmo texto refere que algumas das peças de cerâmica foram recolhidas nas abóbadas, aspeto que só, posteriormente, irá ser objeto de estudo, graças ao trabalho de Margarida Ribeiro (1984), relativo ao convento de S. Domingos de Montemor-o-Novo, no que respeita ao convento de Santa Maria de Beja, de Joaquim Mestre (1991) e, mais recentemente, no de São Domingos de Évora (Teichner, 2003).

Câmara Manoel não só descreveu, como representou graficamente, com a indicação das medidas, as peças recuperadas na acima mencionada casa franciscana de Évora. Trata-se de trabalho pioneiro na investigação de espólios da Idade Moderna e, em particular, no que concerne à cerâmica comum. O mesmo autor publica, posteriormente, cofre do século XVI e, graças a ele, aqueles tal como outros espólios arqueológicos irão integrar a Secção Archeologica, da Biblioteca Pública de Évora, que haveria de originar o Museu de Évora (Manoel, 1895; 1896, p. 95-97; 1896a, p. 302-304, 2 figs).

Nos tempos pioneiros da Arqueologia, que temos vindo a referir, a importância da Modernidade não foi interpretada da mesma maneira por todos os investigadores. De facto, Pedro de Azevedo (1896; 1897; 1903), no levantamento que efetuou, nas mais de quatro dezenas de volumes existentes na Torre do Tombo, correspondentes às «*Memorias Parochiaes*», de 1758, elaboradas pelo Padre Luís Cardoso, assinala que as referências arqueológicas que retirou daquela massa documental têm «*(...) restricções. O que tem carácter moderno, i. é, posterior á fundação da monarchia não é incluído; attendendo, comtudo, á necessidade de formar um*

pecúlio de inscrições portuguesas, são estas recebidas.» Esta opção indica-nos que nem tudo pôde ser considerado como testemunhos arqueológicos, existindo, segundo o mesmo autor, limites. No entanto, tais pressupostos acabam por não ser totalmente cumpridos, dado que nos inventários que publicou, eventualmente fruto do ambiente da época, acaba por transmitir referências sobre edifícios religiosos e dispositivos defensivos da Idade Moderna (Azevedo, 1897, p. 226, 227).

Sousa Viterbo (1896), também nos finais do século XIX, investiga património da Idade Moderna, publicando referências documentais, literárias e iconográficas, assim como a localização e descrição de moinhos dos séculos XVI ao XVIII, incluindo os do Seixal, só ulteriormente estudados em profundidade. Talvez por se tratar de matéria pouco comum, sente necessidade de justificação teórica, questionando, ao que julgamos pela primeira vez e de modo muito pertinente: «*Existe a archeologia da arte, porque não há de existir a archeologia da industria?*»

Verifica-se, entre diversos autores, uma aguda percepção da importância, histórica e cultural, do património arqueológico e da Arqueologia em geral, cuja conceção contempla não só larga diacronia, desde as origens do Homem até à Modernidade, como abrange testemunhos que estão sob a terra como sobre ela, aspeto que, ainda hoje, não é assim compreendido por alguns, designadamente com responsabilidades nas áreas mencionadas.

2.2. A grande divulgação

Em Portugal, tal como nos restantes países europeus, organizaram-se, na segunda metade do século XIX, importantes exposições, dado o grande número de público-alvo num tempo em que a divulgação do conhecimento dispunha de meios reduzidos, onde constavam artefactos da Idade Moderna. Entre elas podemos referir a que ocorreu em Viana do Castelo, em 1896, intitulada «*Exposição de Arte Ornamental*», onde se exibiram elementos de arte sacra e, na designada «*sala das faianças*», além de peças importadas apresentaram-se, também, cerâmicas produzidas nas «*extintas fábricas de Lisboa, Coimbra, Porto e Vianna*», descrevendo-se mesmo algumas datadas, como pia de água benta, de Coimbra, «*da mão do Brioso (...) com data de 1659*». Será interessante assinalar a menção que se fez a «*(...) uma dúzia de pratos, imitação do Japão, de um esmalte compacto de tom lácteo, com os desenhos a azul e roxo, que cremos de fabricação portuguesa dos meados do século XVII (1638-1690)*».» (Guerra, 1896, p. 270, 271).

A valorização e interesse pela exibição do denominado património ornamental, que inclui peças da Idade Moderna, procedentes de coleções particulares, museus e instituições religiosas, ocorrem na sequência de grande mostra intitulada «*Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*», realizada, em 1881, no South Kensington Museum, de Londres. Esta esteve patente, no ano seguinte, em Lisboa e, ulteriormente, em 1889, em Évora, tendo-se publicado os respetivos catálogos.

Muito embora aquelas exposições se pudessem relacionar sobretudo com o colecionismo, tão em voga na altura, tiveram repercussão nos museus portugueses, que passam a acolher, através de doações ou por aquisição, peças da Idade Moderna. Conforme se verificou no Museu Municipal da Figueira da Foz, aquelas integram a *Archeologia Histórica*, com *Sub-secção da idade média e tempos modernos*, e no Museu Municipal de Bragança, a *Epocha Portuguesa*, integrando a rubrica *Outras*, quando constituíram novas aquisições do Museu Ethnologico Português (Cruz, 1896, p. 294; 1897, p. 119, 191; 1900, p. 180, 181, 183; A Sociedade Archeologica e o Museu..., 1899, p. 157; Vasconcellos, 1897a, p. 303, 304; 1905, p. 47). No entanto, segundo Leite de Vasconcellos (1915, p. 39), naquele último Museu, a «*Epocha Portuguesa propriamente dita (Desde a Idade-Média até ao século XVIII)(...) subdivide-se em duas, uma desde a Idade-Média até o Renascimento; outra, desde o Renascimento até o sec. XVIII*», justificando a separação pelo facto de a partir «*(...) do sec XV(...) As relações com os países de além-mar influirão nas artes (...), nas comidas, nos trajés, etc (...)*».

Os museus guardam, de igual modo, peças de colecionadores conforme se constata no Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra, que possui sala designada por «Costa Simões», destinada exclusivamente à faiança. Naquela instituição, promove-se o estudo de peças da Idade Moderna pois, segundo consta, «*Admira-se alli uma colecção de louças, valiosíssimas pela abundância e valor dos exemplares. Quem quizer estudar a historia da faiança em Portugal não póde deixar de visitar esta sala (...)*» (Azevedo, 1900, p. 340).

Um ano antes tinha sido motivo de contestação, por parte de círculo erudito portuense, a venda efetuada por Guerra Junqueiro da sua coleção, ou parte dela, a particular de Coimbra (Costa Simões?), constituída por «*(...) faianças peninsulares e hispano-mouriscas (...) e d'entre as quaes a secção portugueza representava uma serie com numerosos exemplares já introuvables, deixou-a o município sem interesse e não obstante as reclamações que publicamente se lhe fizeram*» (1899). Mesmo assim, aquele escritor continuou a possuir no seu acervo importante conjunto, não só de cerâmica hispano-árabe, como portuguesa, além de porcelana chinesa que, ainda hoje, integra Museu, no Porto, com o seu nome. Podemos, no entanto, supor que as peças vendidas ao colecionador de Coimbra pudessem ter integrado a sala anteriormente mencionada, encontrando-se hoje no Museu Machado de Castro daquela cidade.

Muitos dos colecionadores daqueles tempos viram as suas peças expostas em Museus aos quais, por vezes, passaram a dar o nome, conforme ocorreu em relação, entre outros, a Soares dos Reis, A. Santos Rocha ou F. Martins Sarmiento, como, apenas, às coleções que formaram conforme documenta núcleo de faianças patente no Palácio da Pena, em Sintra, ao qual se associa o nome de D. Fernando de Saxe-Coburg-Gota.

A sala de cerâmica do Museu Etnológico constituiu bom exemplo do espírito do colecionador/investigador, aliado a visão global do que era a Arqueologia. Nela, as peças foram expostas cronologicamente, desde a Pré-História às Idades Moderna e Contemporânea, incluindo as etnográficas, seguindo linha evolutiva e culturalista cara a Leite de Vasconcellos. Dos séculos XVI a XVIII, além da loiça comum das designadas oficinas Alto Alentejanas possuía em exibição, ainda, exemplares produzidos na região valenciana, assim como faianças portuguesas e azulejos (fig. 1) (Machado, 1964, p. 272-279).

De facto, J. Leite de Vasconcellos tanto adquiria para o «seu» Museu peças pré-históricas como históricas incluindo, entre outras, «*tinteiro de loiça portuguesa do século XVIII*», publicando a revista daquela instituição, *O Archeologo Português*, artigos com conteúdos muito diversificados, de diferente fôlego e abrangendo larga diacronia (Aquisições do Museu Etnológico Português, 1913, p. 144; Sardinha e Longo, 1999).

De qualquer modo, naquele virar de século, a Arqueologia e os Museus de Arqueologia continuaram a não ser bem entendidos por todos, segundo o próprio J. Leite de Vasconcellos que, em carta endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, felicitando-o pela inauguração do novo Museu Municipal, haveria de escrever, quase à laia de desabafo: «*Um museu archeologico não é*



Figura 1 – Faiança portuguesa, do séc. XVII, que esteve em exibição no mostrador n.º 14 do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcellos (seg. Machado, 1964, p. 277, fig. 51).

unicamente uma curiosidade ou um recreio; é como que um livro aberto, onde á simples inspecção se contempla no todo ou em parte a historia da região que elle representa. Em Portugal, por falta de instrução, isto não é inteiramente comprehendido; a maior parte das pessoas confundem a Archeologia com o bric-à-brac, e não apreciam como devem o labor dos archeologos» (Vasconcellos, 1919, p. 120).

2.3. A institucionalização

Ao longo dos anos do último quartel do século XIX gerou-se ambiente propício à proteção do património arqueológico em geral e, em 1882, foi criada a Comissão dos Monumentos Nacionais, sendo integrada no Conselho de Arte e Arqueologia, presidida pelo Arqt.º Possidónio da Silva. Concebe-se então legislação específica, tendo em vista a proteção daqueles testemunhos, mesmo os que possam vir a ser afetados por trabalhos do Ministério das Obras Públicas, conforme consta no *Diário da República*, n.º 79, de 11 de Abril de 1901, chegando-se à proposta de classificação dos Monumentos Nacionais Portugueses, efetuada pelo presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais, Luciano de Carvalho, onde constam «*mais de 400, e comprehendem antas, marcos miliarios, thermas romanas, estatuas, pontes antigas, castellos, igrejas, túmulos, cruzeiros, cathedraes e palácios (cuja edificação é anterior ao anno de 1800), etc.*» Conforme se verifica, ali incluem-se testemunhos da Idade Moderna, embora sobretudo imóveis. À lista apresentada foram acrescentados, por Ramalho Ortigão, novos monumentos, surgindo distinta legislação em 1911, 1924, 1928, 1932, etc... (Vasconcellos, 1907).

A Associação dos Arqueólogos Portugueses teve, na altura e tal como hoje, importante papel na preservação do património nacional e, em particular, na sensibilização dos autarcas que, em 1905, receberam carta daquela Instituição, por solicitação real, chamando a atenção para a necessidade de conservar e restaurar os monumentos históricos ou arqueológicos existentes nos seus concelhos (Circular às Câmaras Municipaes, 1905, p. 438-439). Salvaguardados foram, de igual modo, os espólios encontrados no mar, conforme documenta a descoberta de canhões, moedas e objetos de ouro e prata recolhidos, à beira-mar, na Nazaré (Azevedo, 1908, p. 21-23).

Em Portugal, tal como na maioria dos restantes países europeus, verificou-se, no século XIX e nos primeiros tempos do século XX, perspectiva não só abrangente como diversificada do que é a Arqueologia, tendo em vista a compreensão global da História do Homem. Este conceito será substituído ulteriormente pela ideia nacionalista de encontrar as origens dos povos e das civilizações, privilegiando-se, por isso, a Arqueologia das Idades mais recuadas, Pré e Proto-Históricas, mas também do Período Romano. Assim se valorizaria a antiguidade das nações e encontraria géneses identitárias, físicas e culturais autóctones, das suas populações, resvalando perigosamente para juízos de carácter étnico e social, propícios a sustentarem comportamentos que todos conhecemos.

O paradigma que respeita à procura da «antiguidade/origem» dos monumentos, decorrente das ideologias nacionalistas e conservadoras teve reflexo nas obras de restauro implementadas, ao longo dos anos, nos imóveis classificados como Monumentos Nacionais e, em particular, no âmbito das comemorações do oitavo centenário da fundação da nacionalidade, efetuadas pela Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Aqueles trabalhos públicos e, portanto, politicamente apoiados em programa específico do Estado Novo, apresentado por Oliveira Salazar, realizaram-se, infelizmente, sem qualquer acompanhamento arqueológico, tendo-se registado, através de fotografias, o aspeto dos monumentos, antes e depois das intervenções (Medina, 1994, p. 33, 34, 59, 60). Tal informação encontra-se, em parte, publicada nos boletins daquela instituição, cujo objetivo, conforme consta no seu primeiro volume é efetuar «obras *«de adaptação» ao gosto moderno ou a pretendidas exigências culturais»*, tendo em vista «(...) *amparar e dignificar os monumentos de Portugal»*. As ditas publicações, com inegável valor documental, destinavam-se a «*arquitectos e outros artistas, arqueólogos estudiosos ou simples amadores»* (1935, p. 6). Parece hoje não haver dúvidas de que muitos dos restauros realizados pela DGEMN destruíram importantes testemunhos, relativos tanto a preexistências, como adições arquitetónicas, desconhecendo-se, também, o paradeiro dos espólios inevitavelmente encontrados. Na altura, foram retirados elementos arquitetónicos da Idade Moderna de edifícios religiosos medievais, designadamente talhas, azulejos, imagens e diversas estruturas, tendo em vista valorizar a sua antiguidade e aspeto primitivo, enquanto em outros refizeram-se estruturas, tentando conferir-lhes homogeneidade e aspeto protótipo, conforme se verifica, por exemplo, no Castelo de Silves, com as suas ostensivas ameias, à maneira do Castelo de Guimarães. Não obstante, todas as obras foram devidamente justificadas, visto ter havido intenção bem explícita de que aquele «*Património vai ser refeito dos atentados que contra ele foram cometidos nos séculos XVII e XVIII»* (1935, p. 9).

A alienação e dispersão de muito património religioso e, de igual modo, arqueológico da Idade Moderna ter-se-á, em parte, iniciado com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, prosseguindo-se o mesmo caminho, ulteriormente, após a instauração da República e continuando com as obras promovidas pela DGEMN (Campos, 1994, p. 122). Este fenómeno, que muito caracteriza o nosso país, face a outras nações europeias, continua a desenrolar-se nos dias de hoje, apesar da muita legislação existente, devendo mergulhar as suas raízes no próprio carácter do povo português (Dias, 1971).

As «novas tutelas» e a legislação que, ao longo dos anos, irão produzindo, terão em conta, preferencialmente, os testemunhos Pré e Proto-Históricos e, em particular, os Romanos, avançando, a partir dos anos oitenta e noventa da passada centúria, até ao Medieval Islâmico, dependendo, por vezes, o interesse pelos restantes

espólios/vestígios do beneplácito do responsável pelos trabalhos arqueológicos. Esta noção, do que é ou não é património arqueológico, encontra-se bem patente nos dois volumes, por ora publicados, do que pretendia ser a «*Carta Arqueológica de Portugal*». Esta ficou-se, apenas, pelo Algarve e, infelizmente, nela não constam os testemunhos da Arqueologia da Idade Moderna (Marques, 1992; 1995). Trata-se de trabalho da responsabilidade do Departamento de Arqueologia, do antigo IPPAR que, pelos vistos, só considerou como sendo «Arqueologia» o que está ou esteve sob a terra, pensamento que perviveu até quase à atualidade. Na verdade, só nos inícios de 2012 é que o «Moderno» consta como período cronológico na Base de Dados Endovélico, do IGESPAR. A preservação/destruição do «nosso Património» depende, presentemente, da sensibilidade de distintas tutelas e, sobretudo, da consciência cívica dos cidadãos, mas onde preponderam comportamentos atávicos, acrescentando o facto daqueles serem em geral pouco escolarizados e mal informados, problemática que não cabe, no âmbito do presente texto, desenvolvermos.

Perante o estado do Património Arqueológico, julgamos pertinente questionarmos se a noção do que se entende por Arqueologia e o seu papel social não terá retrocedido quase um século. Ou se, pelo contrário, a disciplina não se conseguiu individualizar, tendo vivido apenas uma fugaz emancipação com a criação do Instituto Português de Arqueologia que, embora efémero, esteve na origem não só de grande parte da atual legislação sobre o património arqueológico como do controlo, algo questionável é certo, tanto dos arqueossítios como dos arqueólogos. No entanto, tanto o antigo IPA como o IGESPAR e atual DGPC não valorizam as especificidades de cada área ou ramo de investigação em Arqueologia. Assim, muito embora seja necessária a presença de antropólogos aquando da intervenção em necrópoles, não se exige arqueólogo, com formação em Arqueologia Moderna, nas muitas intervenções arqueológicas, onde se sabe existirem testemunhos daquela Idade.

A Tutela, a nosso ver, terá que adequar a legislação aos novos tempos e realidades arqueológicas. Também, as Universidades, responsáveis pela formação dos futuros arqueólogos, deverão adaptar os seus *curricula*, na formação por áreas, a partir da base generalista, o que, só assim, irá contribuir para a história dos locais investigados e a salvaguarda do valioso património cultural coletivo, que ainda herdámos e temos obrigação de legar às gerações vindouras.

3. O ESTADO DA ARTE

3.1. Urbanismos e arquiteturas

Importa assinalar, devido às informações adquiridas, entre outros, os trabalhos arqueológicos realizados no Porto, Lisboa, Setúbal, Beja, Silves, Lagos e Funchal.

Os acompanhamentos arqueológicos efetuados nas ruas do centro histórico do Porto permitiram observar a sua organização e evolução, devido a alterações urbanísticas entre as Idades Média e Moderna (Osório e Silva, 2002, p. 84, 85; Ribeiro, 2002, p. 28). Das diversas intervenções realizadas podemos assinalar as efetuadas junto à Sé (na antiga Casa da Câmara), na área ribeirinha ou na fortaleza de S. João da Foz (Real *et al.*, 1995; Osório e Silva, 1998). Destas, uma das mais importantes a nosso ver, terá ocorrido na denominada Casa do Infante, próximo do rio e que, segundo a tradição, associa-se ao nascimento do Infante D. Henrique (Real *et al.*, 1994). Ali terá funcionado a Alfândega Velha e distintos outros edifícios administrativos. As escavações reconheceram os inícios da ocupação do local, alterações/transformações e diversas campanhas de obras. A Casa do Infante, depois de devidamente restaurada e recuperada, guarda, além do Arquivo Histórico Municipal, Núcleo Museológico, onde é transmitida a «história do local», através dos espólios recuperados, maquetas e vídeo, constituindo ponto incontornável de visita na cidade do Porto (Barreira *et al.*, 1998; Osório e Silva, 1998).

A capital, como se sabe, sofreu grandes modificações, após o terramoto de 1755, sobretudo na zona atualmente designada por Baixa Pombalina, com a aplicação no terreno de planeamento retilíneo, cujos primeiros passos já tinham sido dados nos finais do século XVI, no denominado Bairro dos Andrades, presentemente, mais conhecido como Bairro Alto (França, 1977, p. 26). Não obstante, as grandes alterações urbanísticas da cidade, iniciaram-se, na zona ribeirinha, com a instalação do rei no Paço da Ribeira e a construção não só da grande praça que lhe ficava contígua como, na envolvente, de repartições públicas, palácios e distintas casas nobres. Trata-se do início de nova era em que a cidade desce das colinas do Castelo e de S. Vicente, para se expandir ao longo da margem direita do rio Tejo, onde se desenvolve importante indústria de construção naval, com estaleiros e armazéns, dedicada ao comércio ultramarino.

Os danos causados pelo cataclismo mencionado irão possibilitar substituir o resultado do crescimento orgânico da cidade medieval e os primeiros intentos de urbanismo, por planeamento efetivo, em grande extensão, próprio do racionalismo da Idade Moderna, e do «Século das Luzes», aspeto com larga expressão nos vestígios arqueológicos.

Um dos edifícios que, segundo a tradição, terá sido destruído com o grande sismo foi o Hospital Real de Todos-os-Santos, cujos testemunhos foram, em boa parte, postos à vista durante diversas intervenções arqueológicas. Estas ocorreram, nos anos sessenta e noventa da passada centúria, no âmbito de duas grandes obras públicas; a construção do metropolitano e de parque de estacionamento subterrâneo, dirigidas por arqueólogos do Museu da Cidade. Durante os trabalhos mencionados, identificou-se grande parte do interior do piso térreo daquela

edificação, incluindo enfermarias, assim como elementos arquitetónicos e espólios a ela associados, alguns dos quais em exibição no Museu da Cidade de Lisboa (Moita, 1964-1966).

As escavações também conduziram à verificação de que o Hospital Real só terá sido totalmente desativado e demolido com a remodelação da Baixa Pombalina, ocorrida cerca de vinte anos após o terramoto (Moita, 1964-1966). Muito embora tenha sido afetado por aquele, deve ter continuado a funcionar até ao início das obras mencionadas, que previam a existência de três grandes praças, respetivamente no Terreiro do Paço, Rossio e Praça da Figueira, esta na zona em parte ocupada pelo antigo hospital, tornando, por isso, desnecessária a sua reconstrução. O poder político e administrativo, assim como os novos conceitos urbanísticos vigentes no resto da Europa, assim o exigiram.

As intervenções arqueológicas ali efetuadas, sob a direção de Irisalva Moita, contribuíram para o conhecimento do urbanismo e da arquitetura do local, tendo constituído um dos primeiros contributos da Arqueologia da Idade Moderna, devidamente enquadrado por projecto de investigação, para a história de significativo sector da cidade de Lisboa.

A construção, em 1999, de parque de estacionamento subterrâneo na praça Luís de Camões, conduziu à realização de escavação arqueológica, também dirigida por arqueólogos do Museu da Cidade, no local onde existiu o rico Palácio dos Marqueses de Marialva, edificado no século XVII. A intervenção verificou que o espaço ocupado pela atual praça coincidia com a área do antigo palácio, tendo-se efetuado a planta daquele edifício, que se desconhecia, assim como percebido a sua reutilização, pós-terramoto (Marques e Fernandes, 2003, p. 31). De facto, o que subsistiu do antigo edifício foi subdividido em espaços residenciais e em vários estabelecimentos, sendo o local conhecido como os casebres do Loreto até, pelo menos, ao século XIX, altura em que foram demolidos, para dar lugar à praça Luís de Camões, inaugurada em 1867.

A intervenção arqueológica pôs à vista setor do piso térreo e das caves da casa nobre referida, assim como elevado número de artefactos de produção local ou importados (Marques e Fernandes, 2006). No entanto, segundo os testemunhos arqueológicos, boa parte do palácio terá sobrevivido ao terramoto de 1755 e, por isso, embora abandonado pela família que nele habitava, que chegou a planear a sua reconstrução, foi, ulteriormente, reocupado.

Acompanhamentos arqueológicos, na área urbana de Lisboa, conduziram ao reconhecimento de restos de espaços habitacionais e de setores da rede viária, anterior ao terramoto. Entre eles podemos mencionar as escavações na denominada Baixa Pombalina e Zona de Santos (Amaro *et al.*, 1994; Diogo e Trindade, 1995; 1998; Trindade e Diogo, 1998; 2001; Santos, 2006). Nesta última, identificou-se estrutura portuária, de madeira, da Idade Moderna, que a par de

testemunhos de navios, assim como de vestígios de antigos estaleiros, nomeadamente na zona do Cais do Sodré ou até na atual praça do Município, contribuem para o melhor conhecimento da frente ribeirinha da capital durante a Modernidade (Fernandes, 1994; Rodrigues *et al.*, 2001; Alves *et al.*, 2001a).

Remodelações em distintos edifícios tornaram, de igual modo, necessário a realização de intervenções arqueológicas em áreas ocupadas por famílias nobres, como é o caso do palácio do Corpo Santo, do século XVI, pertença dos Corte Real, o dos Duques do Cadaval, possivelmente no largo com o mesmo nome, e, entre muitos outros, o dos Duques de Penafiel, na rua das Pedras Negras, onde foi posta à vista parte do piso térreo (Barbosa *et al.*, 2008; Sabrosa, 2008; Silva e Guinote, 1998; Vale e Marques, 1997). No entanto, existem, também, testemunhos de espaços residenciais destruídos e abandonados devido a incêndios, provavelmente relacionados com o terramoto de 1755, cujos estudos estão a ser publicados (Casimiro, 2011).

Lisboa possui muito diversificada informação literária e iconográfica, no que respeita à Modernidade, permitindo confrontar textos e imagens com a realidade arqueológica, aspecto que, infelizmente, raramente se efetua (Garcia, 2008; 2009).

O Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal tem, de modo exemplar, intervindo aquando de obras na área urbana daquela cidade, desenvolvendo trabalhos que, para além de proporcionarem informações sobre as suas origens remotas, sidéricas e romanas, dão a conhecer a sua evolução ou alterações ocorridas, em espaços religiosos e residenciais, nas Idades Média e Moderna (Cândido e Neto, 2008-2009; Soares, 2000). Assim se tem vindo a estudar a expansão do agregado populacional para o exterior do recinto fortificado, edificado somente no século XIV, com a formação de novos arrabaldes, como o de Palhais e o do Troino, o mais antigo, onde se instalaram dois conventos, o de Jesus e de S. Francisco (Soares, 2000, p. 124-127). O traçado regular do bairro do Troino poderá relacionar-se com renovação urbana ocorrida em Setúbal, por iniciativa régia, entre 1526 e 1537, aspeto que pôde ser confirmado arqueologicamente (Coelho, 2009; Soares *et al.*, 2005-2007, p. 99). Embora as escavações por vezes estivessem circunscritas a áreas reduzidas, verificaram que os atuais polos centralizadores de Setúbal, estariam submersos ou corresponderiam a zonas de praia, nos fins da Idade Média, iniciando-se as alterações urbanas e arquitetónicas, na zona ribeirinha, nos inícios da Modernidade, devido à importância económica que o núcleo urbano foi assumindo (Coelho, 2009, p. 448; Soares *et al.*, 2005-2007).

Importante intervenção arqueológica em Beja, no âmbito do Programa Polis, conduziu à identificação de 137 silos, que, por ora, constituem a maior concentração daquele tipo de estruturas subterrâneas reconhecidas no nosso país (Martins *et al.*, 2010). Entalhadas entre os séculos XIV e XVII, localizavam-se no exterior do núcleo fortificado medieval. Este facto poderá indiciar a presença de constru-

ção defensiva, ainda não identificada, que de algum modo os protegesse e, por certo, anterior à sua utilização como lixeiras. Todavia, elas não só estão de acordo com a grande produção de cereais na região, como se poderão relacionar com o controlo efetivo, por parte da administração local, de reserva alimentar significativa. Embora preenchidas com espólios do início da Modernidade, pensamos tratarem-se de estruturas islâmicas, aspeto que observámos, de igual modo, no Castelo de Silves (Gomes, 2003, p. 32-34). No caso de Beja, a zona ocupada com estruturas negativas de armazenamento, da Idade Média, foi transformada em lixeira na Idade Moderna, o que poderá indiciar alterações urbanísticas da cidade ou, quiçá, redução do número dos seus habitantes, como ainda a existência de outras formas de armazenamento de cereais em áreas urbanas, os grandes celeiros reais, de que se conhece exemplar, embora do século XVIII, em Évora. No antigo Hospital do Salvador, em Abrantes, identificou-se celeiro medieval, constituído por 32 grandes talhas. Estas foram postas à vista durante intervenção arqueológica onde se verificou que aquele equipamento terá sido, de igual modo, desativado na Modernidade (Lourenço e Ramalho, 1991).

Silves destaca-se por ter sido dos primeiros locais onde peças em contextos da Idade Moderna, procedentes de espaços habitacionais e do monumental Poço-Cisterna, foram escavadas e publicadas (Gomes e Gomes, 1984; 1996; Gomes *et al.*, 1996; Gomes, 2006). Estas encontram-se em exibição no Museu Municipal de Arqueologia da cidade, também pioneiro na recuperação e musealização de espólios da Modernidade.

Ali se expõem distintos artefactos, ligados aos quotidianos, que incluem numismas, fivelas, fechos de livros, peças de vidro italianas, assim como cerâmicas de produção local ou regional e importadas, de distintas oficinas europeias, tal como fragmentos de porcelana chinesa (fig. 2).

As medidas de minimização do impacto de diversas obras no património da área urbana de Silves, permitiram reconhecer novos setores de espaços residenciais e espólios da Idade Moderna (Estrela *et al.*, 2008). No entanto, a zona da Arrochela é o local que, até agora, ofereceu maior número de tais testemunhos, devido às dimensões da área intervencionada, reconhecendo-se várias estruturas habitacionais, que constituíram quarteirão nos séculos XV-XVI. Os restos das casas identificadas integravam-se na malha urbana ainda hoje visível. De uma delas conservou-se longo corredor que terminava em pátio, situado nas traseiras, a partir do qual se podia aceder aos diferentes compartimentos. Na fachada pusemos à vista parte de compartimento, sem ligação com a casa referida, que poderia corresponder a loja. Este quarteirão foi destruído devido a incêndio e entre o espólio recuperado no interior das casas contam-se fragmentos de loiça de mesa (jarros, taças e pratos), semelhantes aos recuperados no Poço-Cisterna, alguns importados das oficinas valencianas e andaluzas, majólicas venezianas, assim como raras

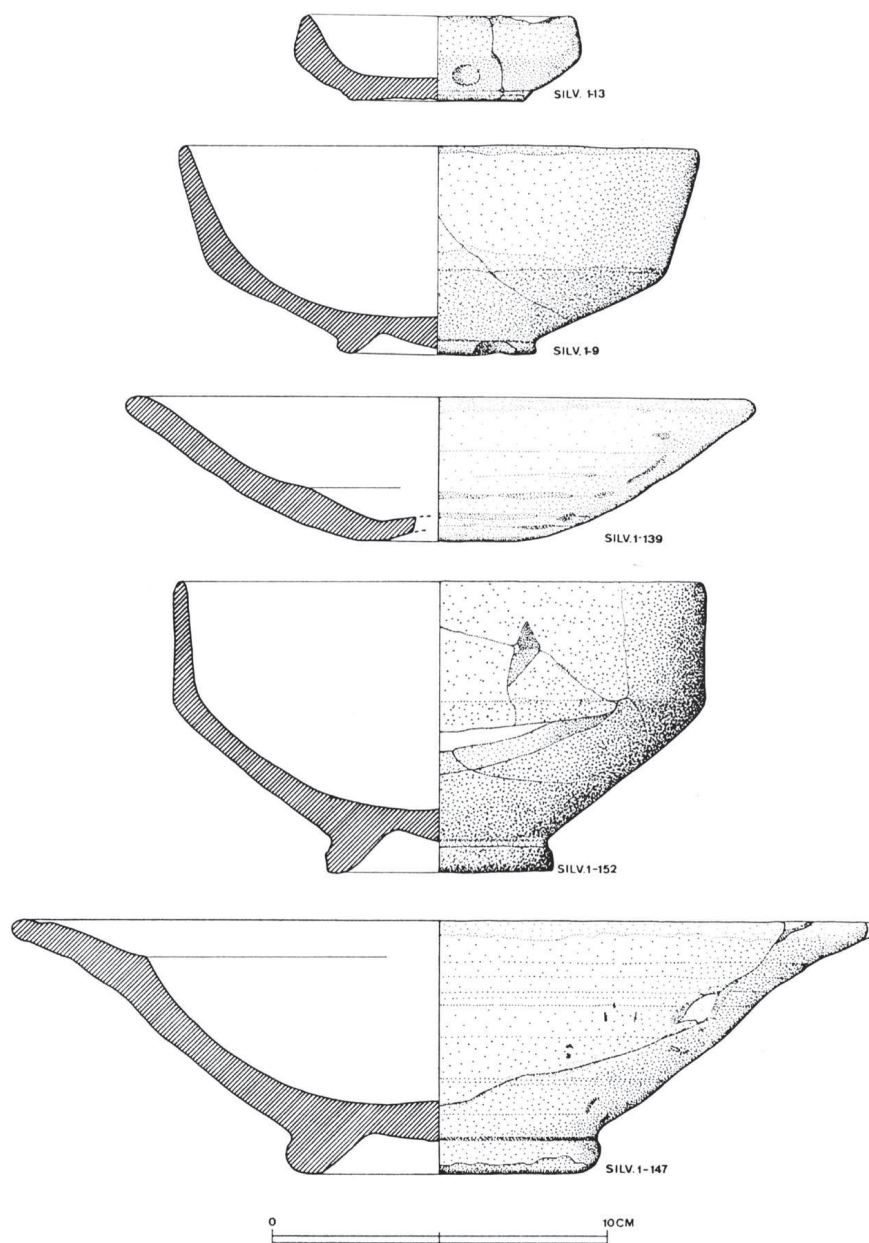


Figura 2 – Poço-Cisterna (Silves). Cerâmicas esmaltadas e vidradas dos séculos XV-XVI (seg. Gomes e Gomes, 1996, p. 157, 159, 161).

porcelanas chinesas. Documentámos, ainda, a existência de anéis, pulseiras, fragmentos de copos e de garrafas de vidro (fig. 3).

Os objetos metálicos incluem brincos, anéis, pendentos, tesouras, dedais, alfinetes, fusos de roca, facas, fechos de livros, etc... (Gomes, 2011 p. 7-24) Também se exumaram numerosos numismas, sendo o mais recente 4 reais de Filipe II de Espanha (1556-1598), cunhado em 1597, na cidade de Sevilha (Gomes e Gomes, 2000, p. 269-284).

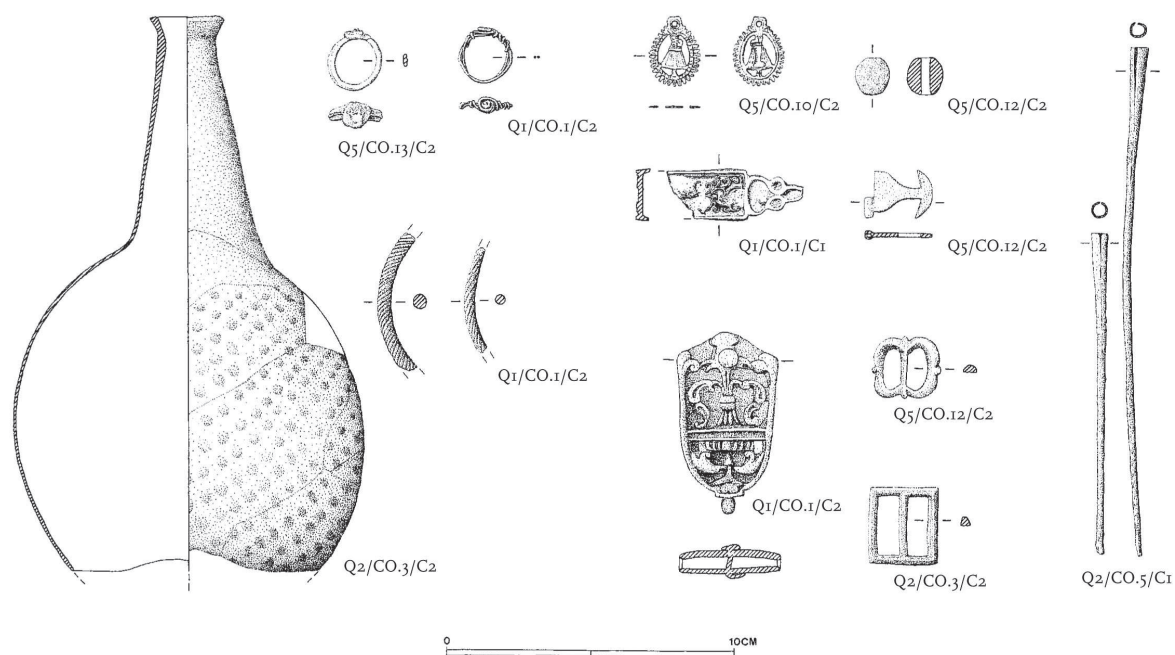


Figura 3 – Zona da Arrochela (Silves) – artefactos de vidro, azeviche e metal, dos séculos XV-XVI (seg. Gomes, 2011 p. 23).

Distintas escavações arqueológicas ocorridas em Lagos, muitas das quais no âmbito do Programa Polis, ofereceram informações sobre a cidade na Modernidade, nomeadamente no que respeita a alterações da rede viária intramuros, entre as Idades Média e Moderna (Serra e Diogo, 2008). Os acompanhamentos realizados, durante a remodelação de edifícios civis e religiosos, proporcionaram testemunhos sobre as modificações sofridas e fases de construção, entre os séculos XVI e XX (Mendes *et al.*, 2010; Oliveira, 2008; Santos e Fontes, 2008). No entanto, uma das mais importantes descobertas aconteceu em zona que corresponderia aos arrabaldes do núcleo urbano, onde terá existido gafaria, que aliás deu origem ao topónimo pelo qual ela é conhecida («Vale da Gafaria») (Ferreira *et al.*, 2008; Neves *et al.*, 2010). Durante obras efetuadas naquele local, conducentes à construção de parque de estacionamento subterrâneo, foram postos à vista, em contexto de lixeira da Idade Moderna, espólios osteológicos humanos pertencentes a 155 indivíduos. As condições do achado levaram a concluir tratar-se de espaço reservado a enterramento, pouco «ortodoxo», de escravos africanos, aspeto ainda mal conhecido e valorizado no atual território português. As deposições mencionadas mostravam variantes, parecendo indicar algumas delas que os indivíduos terão sido, apenas, «atirados» para a lixeira, embora, em certos casos, evidenciassem colocação cuidada (Neves *et al.*, 2010, p. 552-558). Este achado confirma a pouca importância que era dada aos escravos, então considerados como objetos, mas também o papel daquela cidade em tal tráfico.

As primeiras intervenções arqueológicas efetuadas no centro histórico do Funchal, entre 1989 e 1990, contribuíram para o conhecimento da evolução urbana daquele setor da cidade, assim como proporcionaram informação no que respeita a área residencial, onde existia a casa do mercador flamengo João Esmeraldo, construída em 1494 e propositadamente demolida em 1877 (Gomes e Gomes, 1998, p. 315-317). Durante aqueles trabalhos, não só foi possível identificar restos de levada, pertencente a engenho de açúcar, como setor de necrópole, anterior à edificação mencionada. Da casa referida foram postos à vista silo, poço, entulhado no século XVII, elementos arquitetónicos e, ainda, abundante acervo arqueológico, correspondente aos séculos XVI e XVII, que inclui numismas, vidros, cerâmicas de produção portuguesa, nomeadamente núcleo de faianças seiscentistas, peças importadas das oficinas espanholas e italianas, assim como raras porcelanas chinesas (Gomes e Gomes, 1998). Entre aqueles materiais devemos referir taça de produção sevilhana, denominada «Santo Domingo Blue on White», pela primeira vez identificada em Portugal, e conjunto de *olive jars* (fig. 4).

Estas, muito divulgadas pelo comércio colonial, foram produzidas nas oficinas andaluzas e, muito embora os exemplares ali recuperados se integrem nas formas A, B ou C de Goggin (1960), encontram-se, neste arqueossítio, muito bem datadas contribuindo, por isso, para reforçar a atribuição cronológica de peças que têm vindo a ser encontradas descontextualizadas, tanto em ambientes terrestres como subaquáticos (fig. 5).

Os artefactos referidos, devidamente estudados, encontram-se expostos em pequeno núcleo museológico, no próprio local onde foram exumados (Museu «A Cidade do Açúcar», do Funchal).

Dado que as intervenções arqueológicas nas áreas urbanas estão, como se sabe, condicionadas aos limites das obras, pelo que, por vezes, pouco contribuem para o conhecimento do urbanismo ou da arquitetura da Idade Moderna (Santos e Marques, 2003; Serra e Diogo, 2008).



Figura 4 – Faiança sevilhana do tipo «S. Domingo Blue on White», de Silves e do Funchal (seg. Gomes e Gomes, 1996, p. 272, 274; 1998, p. 328).

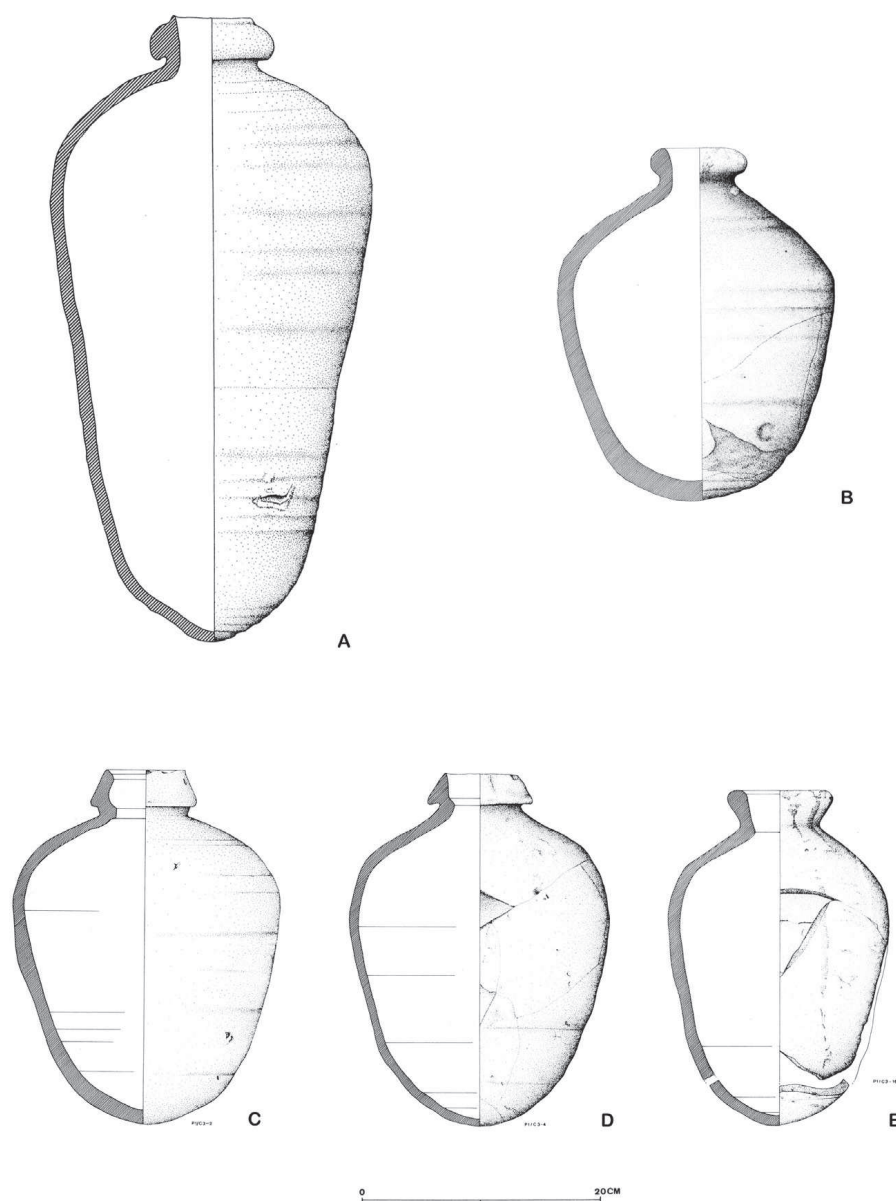


Figura 5 – Anforetas. A – Vilamoura; B – Silves; C- E –Funchal (Casa de João Esmeraldo). (seg. Gomes, 1993).

As investigações arqueológicas permitiram identificar necrópoles, da transição entre a Idade Média e a Moderna ou da Modernidade, tanto no interior como no exterior de edifícios religiosos existentes em núcleos urbanos, designadamente de Arraiolos, Beja, Faro, Lisboa, Lagos, Mexilhoeira Grande, Reguengos de Monsaraz, Silves, Soure, Tavira, mas, também, em certas situações, no exterior das cidades, contribuindo para o estudo de rituais funerários e de patologias ou seja da já chamada Arqueologia da Morte (Bugalhão e Duarte, 2003; Corga e Ferreira, 2010; Costa *et al.*, 2008; Cunha, 1991; Cunha e Morgadinho 1991; Lopes *et al.*, 2003;

Morales *et al.*, 2010; Ramalho e Viegas, 1994; Santos *et al.*, 2008; Soares *et al.*, 2008; Tavares e Santos, 2010).

As cidades portuguesas da Idade Moderna, tal como ocorreu nos restantes países europeus, expandiram-se para o exterior dos núcleos urbanos fortificados e organizaram-se em torno de grandes praças, sendo concebidas como uma nova unidade urbana, normalmente definidas por edifícios com a mesma altura e simetria, onde sobressaem palácios ou construções relacionadas com a administração pública.

Aqueles espaços abertos funcionaram como centro cívico, comercial e serviram, de igual modo, à organização de eventos, tanto sagrados como profanos, permitindo a passagem para as diferentes ruas que, devidamente planeadas, deles divergem. As necrópoles, inicialmente instaladas em torno dos edifícios religiosos, transitam, por questões de salubridade pública, para o exterior dos núcleos urbanos, em espaços bem delimitados e organizados, constituindo, por vezes, verdadeiras cidades dos mortos.

As habitações citadinas da Modernidade, que ainda hoje integram a malha urbana de muitas cidades e vilas portuguesas, oferecem grande polimorfismo, variando na área ocupada, extensão das fachadas, número de andares e nos materiais construtivos nelas empregues. As mais pobres, muito comuns nos pequenos núcleos urbanos, apresentam somente piso térreo, tendo na fachada apenas a porta e uma janela, ou porta e duas janelas, uma de cada lado. Casas com piso térreo (loja) e piso superior (sobrado), destinavam-se a acolher gado, alfaias agrícolas e o resultado das colheitas, uma oficina ou negócio, naquele primeiro espaço, sendo o segundo destinado à vivência familiar. Modelo similar, embora algo mais complexo, devido à existência de pátio interior, foi por nós identificado em Silves, na zona da Arrochela e que já referimos. No Funchal, a casa de João Esmeraldo, possuía três pisos, e quatro a conhecida «Casa dos Bicos», em Lisboa. Estes aspetos foram estudados por Manuel Conde (1997, p. 245), designadamente para as casas urbanas dos finais da Idade Média.

3.2. Casas religiosas – Um mundo pouco conhecido

Nos últimos anos tem-se realizado importantes intervenções arqueológicas em conventos que quase conduz a criar-se novo ramo de especialização da Arqueologia da Idade Moderna – a Arqueologia Conventual. Este conceito, que necessita de desenvolvimento teórico, mas desde logo cronologicamente abrangente e que pode incluir desde as comunidades eremíticas da Alta Idade Média aos *rubūt*, cujo único exemplar no atual território nacional é o da Arrifana (Aljezur) e que tem vindo a ser por nós investigado há mais de uma dezena de anos, até aos muitos conventos de Cister ou Cluny, como à proliferação daquelas casas religiosas, que ocorreu nos séculos XVI a XVIII.

Os conventos da Idade Moderna, quando não propositadamente se ergueram em locais isolados e inóspitos, ocupam quase sempre áreas periurbanas ou inscreveram-se em zonas rurais, próximas daquelas, dado tratar-se de unidades quase autossuficientes que necessitavam de grandes espaços para alojamento da comunidade religiosa e de muitos daqueles que ali trabalhavam, como para a edificação de templos, espaços para cemitério, vacarias, celeiros, cisternas, hortas e jardins, constituindo pequenos mundos que se queriam convenientemente isolados dos quotidianos considerados profanos. Todavia, nem sempre isso aconteceu dado terem existido conventos no interior de áreas urbanas, devido a vicissitudes várias mas por prestarem importantes serviços à comunidade, designadamente na área do ensino e da saúde (Hospital Real de Todos-os-Santos).

De facto, têm sido feitas diversas escavações, com diferente fôlego, desde pequenas sondagens e acompanhamentos até intervenções em extensão, em muitas casas religiosas de norte a sul do País.

Daquelas destacamos, pela extensão e pelos resultados obtidos, as efetuadas em S. João de Tarouca, Santa Maria de Pombeiro, Tibães, Santa Clara-a-Velha, Santana de Leiria, São Vicente de Fora, São Domingos e o anexo Hospital Real de Todos-os-Santos, Jesus de Setúbal e, mais recentemente, de Santana em Lisboa.

A especificidade própria das escavações arqueológicas em conventos requer, a par do estudo dos ricos testemunhos materiais, a interação com a informação escrita que sobre aqueles se conserva, assim se podendo construir modelos diacrónicos que nos aproximem tanto das variadas e complexas práticas quotidianas de tais comunidades, como das ideologias que conduziram à sua existência.

O Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra, que conta com vários prémios internacionais, constitui excelente exemplo dos resultados da interação entre a Arqueologia, a História da Arte, a História, a Arquitetura e a Museologia, daí resultando a recuperação e valorização de património das Idades Média e Moderna. De facto, as intervenções ali efetuadas, desde 1995 e no âmbito de projeto de musealização daquela casa religiosa, proporcionaram não só importante informação referente às alterações arquitetónicas e funcionais dos espaços, ocorridas ao longo dos anos, assim como no que respeita aos seus quotidianos (Côrte-Real, 2003; Côrte-Real, 2008; Côrte-Real *et al.*, 2010; Ferreira e Santos, 2010).

Os testemunhos arquitetónicos, e o discurso expositivo ali patente, onde se visualizam os espólios recuperados, alguns em fase de estudo, a sua interpretação e integração cultural na vivência da comunidade religiosa, permite contribuir, sem dúvida, para uma atrativa e muito completa «história do convento», ao qual esteve ligada a Rainha Santa Isabel. Sobressaem, entre o acervo patente ao público, elementos arquitetónicos, objetos de carácter religioso, numismas, peças de vidro, cerâmicas e, entre elas, faianças, assim como exemplares importados de distintas

oficinas europeias e, em especial, a importante coleção de porcelana chinesa, dos séculos XVI e XVII, que confirmam a presença de profetas pertencentes às elites portuguesas da altura; «*todas nobres*», segundo jesuíta que, no século XVI, visitou a instituição (Côrte-Real, 2008, p. 42; Côrte-Real *et al.*, 2010; Ferreira, 2004; Santos, 2002).

Naqueles trabalhos foi possível obter abundantes conhecimentos relacionados não só com a vida como com a morte, como que completando um ciclo incontornável, mas também com a espiritualidade traduzida por muitos aspetos da vida cognitiva de então.

O Convento de Santana, em Lisboa, definitivamente extinto apenas em 1884, com o falecimento da última religiosa, sofreu demolição propositada de grande parte dos seus anexos e da igreja (Gomes e Gomes, 2008, p. 75,76). Esta ocorreu em 1897, com o objetivo de ali instalar o Real Instituto Bacteriológico, inaugurando-se o novo equipamento médico três anos depois. A revista «Occidente», de 10 de Novembro de 1899, deu conta daquele facto, referindo a ligação do antigo convento a Camões, publicando planta e três imagens do templo (Gomes e Gomes, 2008, p. 76). Na necrópole existente junto à igreja, segundo narram alguns textos, terá sido sepultado Luís Vaz de Camões, tendo depois os seus ossos sido trasladados para o interior daquele templo, de onde haveriam de ser exumados e depositados no Mosteiro dos Jerónimos, panteão dos grandes vultos portugueses.

Durante a demolição de grande parte do Convento de Santana ali se encontrou diversificado espólio, datado dos séculos XVI-XVIII, do qual 218 peças foram entregues, em 1897 e 1898, pelo Eng^o Pedro Romano Folque, na altura Diretor das Obras Públicas do Distrito de Lisboa, ao Museu Etnológico Português. Segundo o então director daquela instituição, o conjunto cerâmico constava de «a) *vasilhas de barro*; b) *inscrições portuguesas*; c) *um quadro de azulejos*» (Vasconcellos, 1897, p. 303). As peças mencionadas só começaram a ser estudadas e publicadas nos anos noventa da passada centúria e, entre elas, as produções decoradas com aplicações de pedrinhas brancas (Sardinha, 1990-1992; Etchevarne e Sardinha, 2007).

Por solicitação da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, efetuámos em 2002 e 2003 e, ainda, em 2009 e 2010, acompanhamento arqueológico na área onde se erguia o Convento de Santana, tendo em vista ali serem construídos laboratórios, biblioteca e cantina da Faculdade de Ciências Médicas daquela Universidade. Tratou-se de salvamento documental e material dos testemunhos de um dos mais antigos e maiores conventos lisboetas, no quadro daquilo que se costuma chamar minimização de impacto mas, desde logo, foi por nós encarado como projeto de investigação próprio de área que, muito embora abordada por diversos arqueólogos, necessitava de enquadramento teórico específico.

Aquela casa, fundada no século XVI, foi várias vezes ampliada e, em 1729, chegou a tornar-se em uma das maiores da capital. Em 1777, albergava mais de quatro centenas de pessoas, muitas delas providas de outros conventos arruinados pelo terramoto de 1755. Este afetou a igreja que lhe era anexa, em parte caída, tal como setor dos dormitórios, entrando todo o complexo em declínio, apesar das reconstruções efetuadas a partir de 1778, durante o reinado de D. Maria I e até à Extinção das Ordens Religiosas, ocorrida em 1834, momento em que existiam em Lisboa duas dezenas de casas religiosas femininas.

A igreja e Convento de Santana figuram em planta da cidade de Lisboa, do último quartel do século XVIII (*ca* 1780), que guarda o Arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral (Gomes e Gomes, 2008, fig. 1). Em 1871 foi realizado levantamento das estruturas conventuais, onde se observa o templo e seus anexos, assim como claustro com poço, que escavámos (Gomes e Gomes, 2008).

À data da nossa intervenção subsistiam, das antigas estruturas conventuais, ampla cisterna, tal como largo e profundo poço, entulhado. A escavação arqueológica permitiu explorar e identificar alicerces da igreja e do claustro conventual, onde se reconheceram trinta e quatro sepulturas, dois enormes ossuários e sete grandes fossas de detritos ou lixeiras, contendo abundantíssimo espólio, designadamente cerâmica, por vezes peças quase completas, mas, também, vidros, diferentes pequenos objetos, como contas, medalhas ou numismas e restos de alimentos diversos.

O espólio exumado no Convento de Santana condiz com casa religiosa abastada e requintada, onde o fervor religioso não afastou a riqueza material, a mesa rica e a elegância do gosto. Ele permite, pois, determinar a presença de elite integrada em quadro cultural que privilegiava a novidade e a raridade, conforme demonstram as cerâmicas de mesa, tanto de fabrico lisboeta, como providas das oficinas itálicas ou da longínqua China (fig. 6).

As cerâmicas comuns, em maior número, e aquelas cujas superfícies foram vidradas, ilustram as atividades quotidianas ligadas à manutenção da comunidade religiosa, identificando-se desde grandes recipientes para transporte e armazenamento de alimentos diversos, àqueles onde eles eram preparados e a outros onde seriam servidos. Outros, ainda, respondiam a numerosas funções fora da cozinha, como os grandes alguidares onde se lavava roupa ou os bacios de quarto. Trata-se de produções sobretudo locais ou regionais, algumas talvez procedentes da zona oleira do Barreiro, que muito contrastam com as cerâmicas modeladas e brunidas de cor vermelha, com as faianças portuguesas, espanholas, italianas e também com as dispendiosas porcelanas chinesas. Estas, em alguns casos, são quase tão numerosas como as faianças portuguesas do século XVII, nunca sendo quantitativamente inferiores às faianças italianas e sevilhanas em conjunto, que ali se encontram com apreciável representação. Entre as peças chinesas devemos

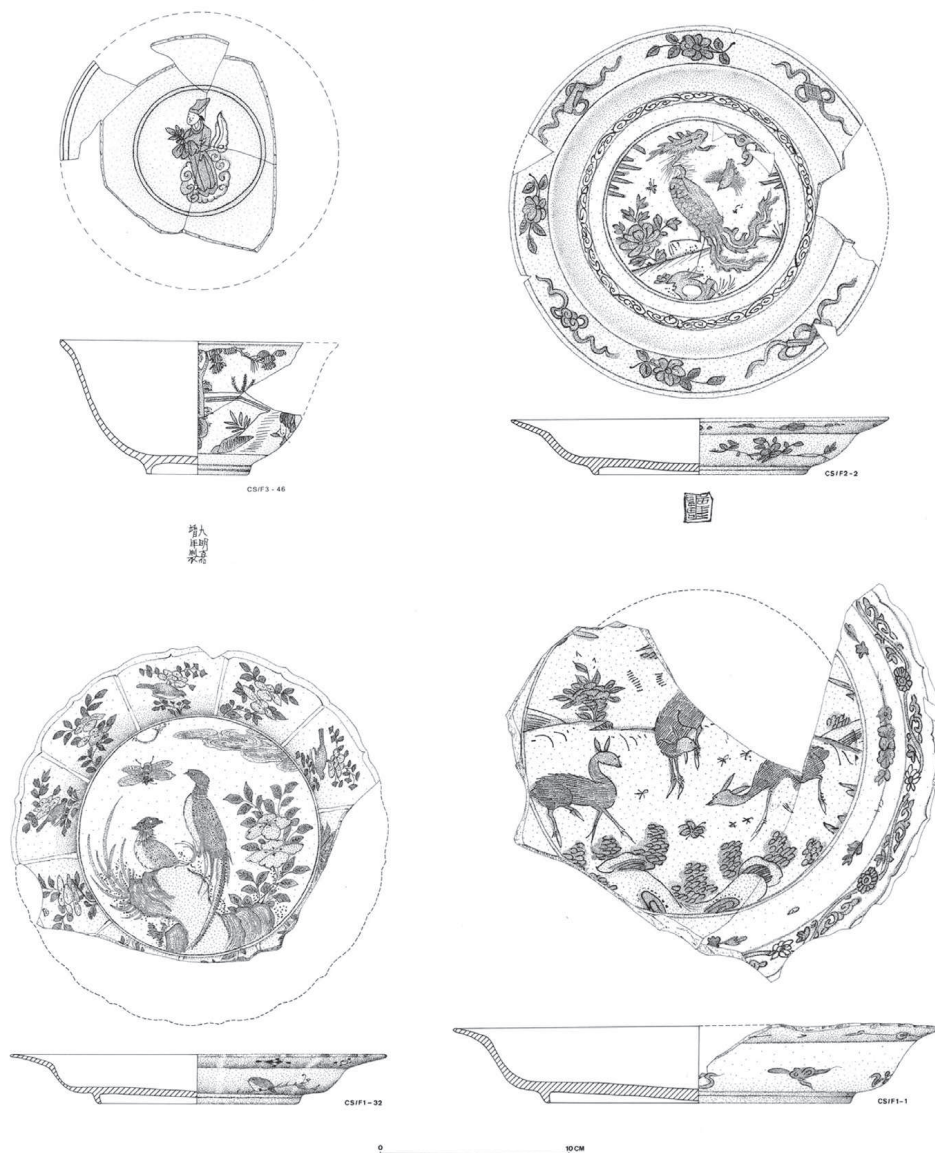


Figura 6 – Convento de Santana (Lisboa). Porcelana chinesa (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

destacar taça, dos finais do século XVII, que oferece raríssima decoração com motivos eróticos, constituindo, dado o contexto onde foi identificada, aspeto que carece de justificação.

Os muitos fragmentos de azulejos recolhidos revelam convento onde tais elementos de revestimento foram usados com prodigalidade, tal como acontecia nas igrejas e em outras casas religiosas semelhantes, ou nos palácios e mansões aristocráticas no Portugal dos finais do século XVI e até ao século XVIII (Fig. 7).

O seu estudo constituirá, por certo, valioso contributo para a criptohistória da arquitetura de um edifício grandioso, mas quase totalmente desaparecido,



Figura 7 – Convento de Santana (Lisboa). Painel de azulejos (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

como para a compreensão da sociedade que o ergueu e utilizou durante cerca de três centúrias.

O Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, tem igualmente sido alvo de diversas intervenções, desde 1963, com o apoio do Patriarcado. Foram identificados testemunhos medievais, relacionados com o primitivo edifício, assim como outros da Idade Moderna, sobretudo associados com lixeiras, tanto daquela casa como da própria freguesia, situadas junto à muralha fernandina que ali passava, oferecendo informações, capazes de ajudar a estudar os quotidianos de

monges e de parte da população residente nas proximidades (Ferreira, 1984; 1985). Foi escavada a botica do complexo religioso, datada do século XVII, reconstituída e em exibição no Museu da Farmácia (Ferreira, 1994).

O Mosteiro de São João de Tarouca constitui o monumento que dispõe de maior número de publicações referentes às intervenções arqueológicas que, desde 1998 e quase em continuidade, ali se têm vindo a realizar. Aquelas tratam os resultados obtidos, tanto através da informação documental como, em particular, arqueológica, para o conhecimento das distintas campanhas de obras, remodelações e alterações, processadas ao longo dos anos. Além da componente arquitetónica têm vindo a ser publicados estudos sobre os espólios, em particular cerâmicos, mas ainda epigráficos, azulejares, informações sobre o registo gráfico e a conservação, constituindo importante corpo de testemunhos para a história de um dos primeiros conventos cistercenses em Portugal (Castro, 2009; Castro e Sebastian, 2008; 2010; 2010a; Sebastian e Castro, 2010; Sebastian *et al.*, 2010).

Escavações arqueológicas efetuadas, desde 1996, no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), enquadram-se no âmbito de projeto de recuperação daquele monumento, tal como ocorre no de Tarouca, promovido pelo IPPAR/IGESPAR/DGPC.

Aqueles trabalhos, recentemente dados a conhecer, identificaram a evolução das suas estruturas, desde a sua fundação na Idade Média, até às alterações processadas no século XVI e, em particular, as obras de ampliação do século XVIII (Pinto, 2011). As intervenções, bem documentadas (através de plantas, cortes e alçados), apresentam propostas de interpretação da evolução planimétrica da igreja, assim como da reconstituição da planta, do mosteiro desde a Idade Média à Moderna

(Pinto, 2011). Foi, também, intervencionada a necrópole, sendo estudados os tipos de enterramento, sarcófagos, tampas de sepulturas, algumas com epígrafes, permitindo relacionar os indivíduos sepultados com o próprio convento. Tal trabalho incluiu, ainda, a rede viária e o sistema hidráulico que serviam a casa religiosa. O espólio apresentado, de modo mais sucinto, eventualmente por se encontrar em fase de estudo, inclui, além de elementos arquitetónicos, numismas e cerâmicas, de pastas vermelhas, assim como faianças, sendo reduzido o número de fragmentos de porcelana (Pinto, 2011, p. 67-73, 112-114).

Obras de reabilitação efetuadas em edifícios onde se sabe terem existido estruturas conventuais, trouxeram à luz do dia alguns conhecimentos, não só sobre as remodelações realizadas como testemunhos de anteriores vivências do local. Integra este tipo de casos a adaptação da casa de veraneio do Visconde da Gandarinha, em Cascais, a Centro Cultural. Aqueles trabalhos identificaram setores do antigo Convento da Nossa Senhora da Piedade, dos Frades Carmelitas Descalços, mandado construir em 1594 (Cardoso e Encarnação, 1994, p. 178; Cardoso, Cabral e Encarnação, 2002).

Da intervenção ocorrida no claustro do antigo Convento de Jesus, em Lisboa, onde funciona atualmente a Academia das Ciências, resultou a descoberta de sepulturas, assim como de diversificado espólio, dos séculos XVII-XVIII (Cardoso, 2008). Na Faculdade de Belas-Artes, bem como no Museu do Chiado, ambas instituições instaladas no convento de S. Francisco, de Lisboa, fundado na Idade Média, obras de remodelação dos seus espaços permitiram escavar cisterna, entulhada com materiais dos séculos XVII-XVIII. Destes, têm vindo a ser estudadas as peças esmaltadas e vidradas, algumas poucas peças de porcelana, assim como cerâmica comum e exemplares que oferecem as superfícies modeladas (Ramalho e Folgado, 2002; Torres, 2011).

Na arquitetura conventual devemos, também, valorizar os estudos referentes aos sistemas hidráulicos reconhecidos através de trabalhos de prospeção ou de escavação arqueológica. Alguns daqueles, de fundação medieval, foram alterados na Idade Moderna, conforme se verificou nos mosteiros da Flor da Rosa, no Crato, S. Dinis de Odivelas, S. Cristóvão de Lafões, S. Bento de Castris e no Convento da Arrábida (Caeiro e Mascarenhas, 1996; Dias e Jorge, 1996; Mascarenhas e Fernandes, 1996, Quintela *et al.*, 1996; Tomé *et al.*, 1996).

A expansão dos núcleos urbanos, na Modernidade, irá dar origem a que muitos conventos fundados na Idade Média, nos arrabaldes das cidades, passassem a localizar-se quase no centro daquelas, conforme ilustram, na capital, os já referidos conventos de Santana e de S. Francisco.

Em relação aos espólios que conhecemos, muitos dos quais publicados, verifica-se que nos conventos femininos as peças de porcelana constituem percentagem elevada, enquanto nos masculinos predominam as faianças. Esta parti-

cularidade pode-se relacionar tanto com o «dote» como com o estatuto social dos residentes, e/ ou questões de gosto.

3.3. Estruturas militares – prestígio e defesa

Intervenções arqueológicas efetuadas no interior de dispositivos defensivos têm conduzido ao melhor conhecimento das suas funcionalidades como compreender a sua evolução, designadamente as alterações ocorridas na Modernidade. Muitos daqueles foram reformulados, outros, devido à sua localização, abandonados ou reutilizados com funções diferentes das originais.

O Castelo de Silves constitui bom exemplo de fortificação que perdeu importância estratégica na Idade Moderna. Ele é, presentemente, mais conhecido do ponto de vista arqueológico, devido aos testemunhos islâmicos que ali temos vindo a identificar. No entanto, consta nos documentos do início da Modernidade como nele se erguendo, a designada alcaidaria de Silves. Nesta, terão permanecido, entre outros vultos, os nossos reis D. Afonso V, o Infante D. Henrique, nomeado alcaide-mor da cidade em 1457, e D. Sebastião, que ali pernitoiu em 29 de janeiro de 1573.

Daquela edifício nada se sabia, conhecendo-se, apenas, texto, datado de 1600, onde se refere que o Castelo se encontrava desabitado e entulhado (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 153). É bem possível que então a alcaidaria tivesse já desaparecido, quiçá destruída ou, simplesmente, abandonada. Contudo, o projeto de musealização do Castelo, promovido pela Autarquia no âmbito do programa Silves Polis, proporcionou que realizássemos o acompanhamento arqueológico do setor poente daquela fortificação onde, efetivamente, identificámos espaço habitacional que atribuímos à alcaidaria, das Idades Média e Moderna. Esta, apenas parcialmente intervencionada, assentava sobre estruturas islâmicas e encontrava-se encostada ao pano de muralha. Mostra, por ora, planta de forma sub-rectangular e dela subsistem parte do piso térreo e três degraus que dariam acesso a piso superior. Num dos compartimentos pusemos à vista abóbada tombada. No exterior e anexo à área residencial, reconhecemos engenho de açúcar, que seria movido através de tração animal, similar a outro existente no Chipre e com a mesma cronologia (Wartburg, 1995, p. 89, 96). De facto, só a produção de algo tão valioso como o açúcar e o controlo efetivo da sua produção poderia, a nosso ver, justificar a presença daquele equipamento a funcionar junto da alcaidaria. Trata-se de importante testemunho que parece indicar que os primeiros «ensaios» referentes à produção açucareira nacional terão sido promovidos pelo Infante D. Henrique, alcaide-mor de Silves, no seu Castelo, sabendo-se da existência da plantações de cana-de-açúcar na região, anteriormente ao sucesso que as mesmas tiveram na Ilha da Madeira (Gomes, 2012). Os testemunhos arqueológicos indicam que a alcaidaria pode ter sido

destruída devido a cataclismo, quiçá o terramoto ocorrido em 1587 e que muito afetou o Barlavento Algarvio.

O Castelo de Silves não constitui o único exemplo de fortificação islâmica que foi sendo adaptada a novas funções ao longo dos tempos. De facto, o bem próximo Castelo de Paderne, de construção almoada, sofreu, de igual modo, após a reconquista cristã, alterações no seu interior. Entre elas a construção de edifício religioso, ainda ali existente, que tem como orago N.^a Sr.^a da Assunção, mantendo-se em atividade até ao século XVIII e constituindo lugar de devoção, apesar de, em 1506, se ter efetuado a transferência da paróquia para a aldeia de Paderne. Escavações arqueológicas permitiram, também, reconhecer os testemunhos de espaços habitacionais, de carácter rural, e de espólios da Idade Moderna, assentes sobre estruturas medievais (Catarino e Inácio, 2008).

Distintas estratégias defensivas deram origem à remodelação durante a Idade Moderna, de dispositivos defensivos medievais, adaptando-os a novas funções, conforme terá ocorrido, entre outros, no Castelo de Aljezur mas, também, à edificação de outras fortificações, conforme documenta a de S. Sebastião, em Castro Marim.

Nas escavações arqueológicas efetuadas no Castelo de Aljezur, muito embora este corresponda a dispositivo defensivo muçulmano, verificou-se que terá sofrido transformações nos inícios da Idade Moderna, ilustradas por estruturas dispostas perpendicularmente ao pano de muralha, que corresponderiam a aquartelamento, abandonado no século XVI. Nesta altura a ribeira de Aljezur terá deixado de ser navegável e, eventualmente, devido a este motivo, aquela fortificação perdeu importância estratégica (Magalhães, 2008, p. 67; Silva e Gomes, 2002, p. 347, 348).

As intervenções arqueológicas realizadas no forte de S. Sebastião confirmaram a sua edificação no século XVI e as remodelações efetuadas, tanto no século XVII como nas duas centúrias seguintes (Arruda e Pereira, 2008). Durante os trabalhos mencionados foram recolhidos espólios diversificados, tendo sido estudados, infelizmente, apenas os testemunhos de ocupações anteriores do local, nomeadamente da Idade do Ferro e Romanas.

Entre as várias escavações realizadas em dispositivos defensivos podemos assinalar as efetuadas no Castelo de Penamacor onde, como seria de esperar, se reconheceram, de igual modo, testemunhos arquitetónicos e espólios da Modernidade (Silvério *et al.*, 2004; 2010).

Muito embora os estudos de arquitetura militar da Idade Moderna estejam muito avançados em Portugal, as intervenções arqueológicas nos diferentes dispositivos defensivos existentes poderão, conforme vimos em relação ao Castelo de Silves, oferecer novas informações e interpretações, sobretudo devido às alterações processadas nos sistemas construtivos defensivos, tendo em vista adaptá-los à artilharia pesada e às novas formas de fazer a guerra.

3.4. A verdade arqueológica

Escavações decorrentes de projetos de investigação e principalmente acompanhamentos arqueológicos, efetuados em Portugal e sobretudo graças à legislação em vigor, têm permitido obter distintas informações no que se refere ao urbanismo, arquitetura e quotidianos da Idade Moderna.

Aqueles trabalhos relacionam-se, quase sempre, com a implementação de grandes obras públicas e privadas, decorrentes de programas específicos, ligados à Reabilitação dos Centros Históricos, à execução de diretrizes advindas dos Planos Diretores Municipais e, ulteriormente, devido ao Programa Polis. Embora, aparentemente, constituíssem importante mais-valias, não atingiram totalmente os objetivos pretendidos, no que concerne à Arqueologia, devido, em boa parte, à falta de coordenadores efetivos com responsabilidade sobre aquele património, às condicionantes das áreas investigadas, à pouca interação entre arqueólogos e tutelas (tanto ao nível dos serviços centrais como regionais e até autárquicos) e à ausência de especialistas nas Idades Média e Moderna, mas, ainda, a perspectivas orçamentais que apenas contemplam os trabalhos de campo, esquecendo que as tarefas de gabinete são mais morosas e tanto ou mais dispendiosas que aqueles. Estes aspetos conduziram à falta de compreensão e interpretação de muitos vestígios arqueológicos postos à vista e, portanto, ao seu «esquecimento».

A conjuntura mencionada poderá estar, também, na origem do reduzido número de publicações que, salvo raras exceções, pouco contribuem para o melhor conhecimento dos sítios ou das urbes investigadas, dado o grande número de escavações arqueológicas realizadas, seus custos e resultados obtidos. Estes, na maioria dos casos, nunca chegam sequer a passar de notícias, mais ou menos especulativas e veiculadas por órgãos de comunicação social, maneira julgada expedita para obter os necessários apoios económicos do Estado, autarquias ou de promotores privados.

Conceitos generalizados podem, por vezes, ser desconstruídos ou até reinterpretados através da Arqueologia Moderna.

Um dos «mitos» da nossa Modernidade, ou pelo menos do seu imaginário coletivo, respeita ao terramoto de 1755 e à divulgação da ideia de que todo o país foi, em grande parte, «arrasado»; aspeto que, efetivamente, não coincide com a realidade. De facto, têm vindo a ser detetados níveis com materiais pertencentes a outros sismos de grande magnitude, designadamente ao terramoto de 26 de Janeiro de 1531, tanto em Lisboa como em Setúbal (Diogo e Trindade, 1998; 2000; 2008; Soares *et al.*, 2005-2007). No caso específico daquela última cidade, a escavação ocorrida na rua de Augusto Cardoso, n.º 69, permitiu constatar que o derrube de edifício ali existente se ficou a dever àquele sismo, tendo sido a área, ulteriormente, utilizada como lixeira (Soares *et al.*, 2005-2007). Tratou-se de

destruição provocada por distinto terramoto e, conforme se verificou, a zona só voltou a ser reocupada após 1755.

Uma das cidades mais afetadas pelo cataclismo referido terá sido Lisboa. No entanto, muitos edifícios foram pouco atingidos, contando-se, entre eles, aquele onde hoje funciona o Museu Nacional de Arte Antiga, o antigo palácio de Alvor-Pombal, datado dos séculos XVII-XVIII, e onde, em 1884, foi inaugurado o Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia. Também, o Palácio dos Condes da Calheta se manteve de pé e, presentemente, alberga o Jardim-Museu Agrícola Tropical. Situava-se bem perto do Hospital Real de Todos-os-Santos, o Palácio de Estaus, que se manteve até ao século XIX, quando foi destruído por incêndio. E sobre o Hospital Real já mencionámos que a sua demolição só em parte se ficou a dever ao grande terramoto.

Outra das regiões que terá sido, segundo consta, muito afetada pelo chamado megasismo de 1755, foi o Algarve. Nos trabalhos que, ao longo dos anos, desenvolvemos em Silves, verificámos que muitas das alterações/demolições processadas na cidade são anteriores ao cataclismo setecentista, conforme observámos tanto no Castelo como na área urbana, embora se saiba da derrocada de algumas casas e das abóbadas da Sé, aquando de tal ocorrência.

A intervenção arqueológica ocorrida no Convento das Bernardas, em Tavira, permitiu constatar, tal como verificámos em relação ao Convento de Santana em Lisboa, que terá sofrido danos com aquele sismo, mas continuou em atividade até à extinção das ordens religiosas, tendo-se ali realizado, ao longo dos anos, distintas campanhas de obras. No século XIX foi readaptado, para ali funcionar a Fábrica de Moagem e Massas a Vapor, que nele permaneceu até 1968.

Aquela casa conventual, edificada no século XVI, foi considerada uma das maiores do Algarve e a única da Ordem de Cister, tendo sido, recentemente, reabilitada e interpretada a sua evolução arquitetónica (Covaneiro e Cavaco, 2010; Pinto e Ferreira, 2010).

A presença, um pouco por todo o país, de edificações bem conservadas, anteriores ao terramoto de 1755, indicam que aquele, apesar de ter sido eventualmente um dos mais violentos que o país sofreu, com inegável reflexo no registo arqueológico, não foi o responsável por muitas das destruições que lhe são atribuídas. O facto de ter sido um dos mais recentes sismos, de muito considerável dimensão, associado a maremoto e a grandes incêndios, à capital e a um novo urbanismo desta como, ainda, ao governo de personagem controversa como o Marquês de Pombal, deu origem a que ficasse melhor registado na memória coletiva e, até, alguns aspetos com ele relacionados se tornassem lendários.

Outro conceito muito generalizado respeita à crença que sítios e edifícios religiosos são sistematicamente apropriados e reintegrados em contextos afins, não raro por distintos cultos, mantendo-se longa tradição de sacralidades. Uma

das ideias mais difundidas transmite a sistemática cristianização de mesquitas, designadamente em importantes cidades, como Lisboa ou Silves, aspeto que a Arqueologia viria a demonstrar não ter acontecido.

Também rezava a tradição, depois veiculada por diferentes autores, que sob a atual igreja do Convento da Orada (Reguengos de Monsaraz) se encontravam as ruínas de primitivo templo fundado por D. Nuno Álvares Pereira, donatário de Monsaraz por dádiva de D. João I, remodelada no século XVI (Espanca, 1978, p. 384). Todavia, este foi identificado, através de escavação arqueológica, não sob o edifício do século XVIII mas no adro daquele (Gomes, Gomes, Correia e Serpa, 1991, p. 415). Neste caso, a igreja mais antiga só foi desativada quando o novo templo se encontrava quase construído.

Outros edifícios religiosos limitam-se a reutilizar parte de estruturas arquitetónicas anteriores, ou apenas os seus materiais, respondendo a economia de meios. Constitui bom exemplo a ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Loulé, mandada edificar em 1656 e que reutilizou estrutura defensiva islâmica (Luzia, 2010).

3.5. Da Arqueologia Náutica e Subaquática

Testemunhos arqueológicos de navios da Idade Moderna, encontrados em contextos subaquáticos portugueses, eram, até há pouco tempo, inexistentes (Alves, 1998, p. 79). Será a partir dos inícios dos anos noventa da passada centúria que a Arqueologia Náutica e Subaquática, daquele período, teve importante desenvolvimento em Portugal, com a descoberta de vestígios de embarcações e de espólios. Entre eles podemos referir o naufrágio conhecido como Ria de Aveiro A, identificado em 1994 (fig. 8), o navio do Cais do Sodré, em 1995 e durante as obras do metropolitano de Lisboa, Angra C e D, em 1997, devido a trabalhos de prospeção arqueológica que antecederam a construção da marina de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira (Açores), e, ainda, a presumível nau Nossa Senhora dos Mártires, em 1996, junto a S. Julião da Barra (Alves, 2009; Alves *et al.*, 1998; Alves *et al.*, 2001a; Bettencourt, 2008; Bettencourt *et al.*, 2006; Coelho, 2008; Garcia *et al.*, 1999; Monteiro, 1999; Rodrigues, 2003; Rodrigues *et al.*, 2001).

Aquele último naufrágio ganhou grande impacto mediático, devido ao facto de os primeiros resultados obtidos, durante a intervenção arqueológica ali realizada, terem sido exibidos, em 1998, no Pavilhão de Portugal, durante a Expo 98. Este aspeto haveria, mesmo, de conferir enorme visibilidade internacional para património pouco valorizado até àquela altura, alertando as entidades oficiais para o assunto. Durante a mostra mencionada foi apresentado catálogo onde, além de se contar a «história» da nau naufragada em 14 de Setembro de 1606, se efetua estudo dos espólios ali recuperados, integrando-os no quotidiano da vida a bordo (entre outro acervo, recolheram-se três raros astrolábios, um deles

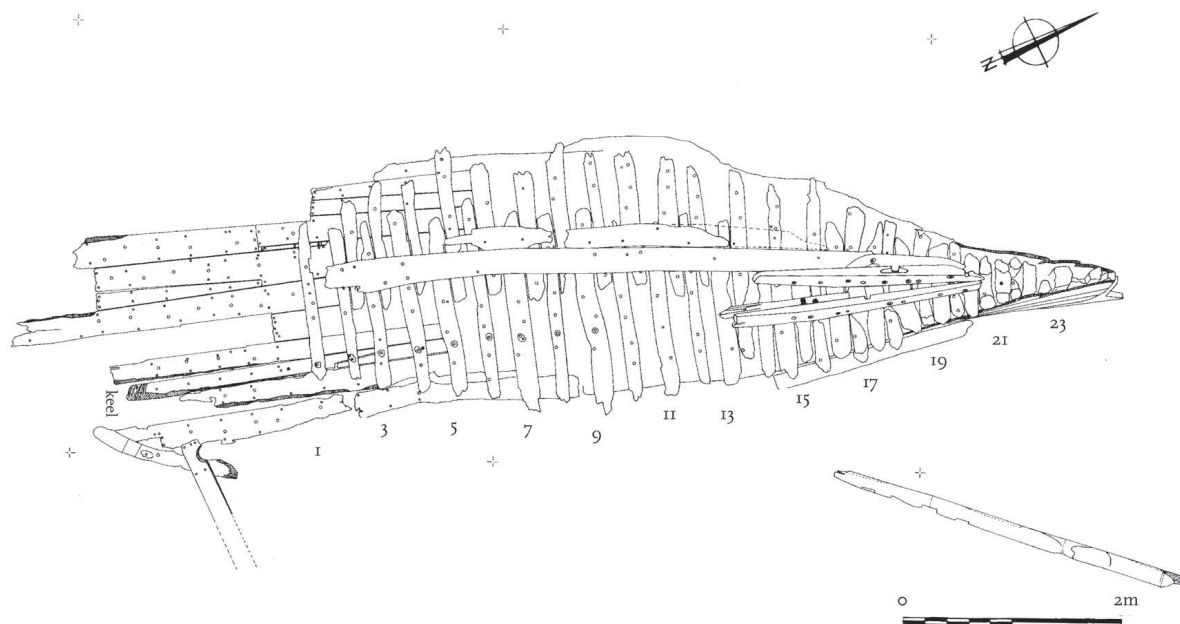


Figura 8 – Representação gráfica de embarcação da Ria de Aveiro A (seg. Alves *et alii*, 2001, p. 329, fig. 11).

com a data de 1605) e, também, fazendo referência aos novos produtos exógenos (pimenta, cocos, canela, porcelana) que, através do tráfico com o Oriente, implementado pelos portugueses, chegaram à Europa (*Nossa Senhora dos Mártires*, 1998). A nau *Nossa Senhora dos Mártires* constitui não só evidente testemunho das técnicas construtivas e tipo de materiais empregues, mas das cargas transportadas através daquele comércio.

Existem outras evidências arqueológicas de Idade Moderna, nomeadamente no rio Arade e que têm vindo a ser estudadas, no âmbito de teses de mestrado e, recentemente, de doutoramento (Alves *et al.*, 2008; Loureiro, 2004; Loureiro e Alves, 2007).

O grande dinamismo e desenvolvimento que a Arqueologia Náutica e Subaquática tem experimentado nos últimos anos deve-se ao empenho do Dr. Francisco Alves que constituiu, no IPA, o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática dando, recentemente, com o IGESPAR, origem à Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, quiçá com os mesmos objetivos do anterior centro, mas dispondo de menos meios, humanos, logísticos, técnicos e económicos.

3.6. Espólios e quotidianos

Muito embora a Arqueologia da Idade Moderna possa contribuir para obtermos *in situ* informações no que respeita à arquitetura, urbanismo ou à organização de determinado território, são os espólios recuperados durante os trabalhos

de campo que nos transmitem informações complementares sobre os quotidianos das sociedades humanas que aqueles aspetos refletem.

Saber o que se comia, que tipo de vasilhas eram utilizadas no armazenamento ou na confeção de alimentos e onde eram produzidas, que espécies eram cultivadas, quais os medicamentos utilizados, principais causas de morte, constituem, com muitíssimas outras, questões para as quais, as práticas e metodologias arqueológicas e análises específicas têm obtido algumas respostas.

No estudo realizado às faunas, dos séculos XV-XVI, encontradas no Poço-Cisterna de Silves constatou-se, por exemplo, que os animais mais consumidos teriam sido os ovino-caprinos, a que se seguiam o porco e os bovídeos, indicando, em qualquer dos casos, dieta alimentar rica em proteínas (Cardoso e Gomes, 1996). Foram, também, assinaladas, a presença de comensais, através de roídas e dentadas, como seriam o gato e o cão. Entre o espólio mencionado registou-se, ainda, a existência de cágado, que seria utilizado na «*profilaxia da lepra*», conforme o próprio nome da espécie indica (*Mauremys leprosa*), ou consumido na própria alimentação (Cardoso e Gomes, 1996, p. 265). Lixeira de casa do século XV, daquela mesma cidade que, segundo o «Livro do Almoxarifado», terá pertencido a Afonso Vicente Leboeiro, ofereceu restos de fauna algo similares. Em ambos casos, os lixos, por questões higiénicas, entulharam estrutura desativada ou preencheram fossa detritica, propositadamente aberta (Gomes *et al.*, 1996).

As análises realizadas, entre outras, no Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra permitiram reconstituir a horta daquele convento. De facto, nas lixeiras ali encontradas foram recuperados restos de vegetais, cultivados e consumidos pelos residentes, possibilitando aquela recriação (Côrte-Real, 2012). Nas hortas dos conventos plantavam-se, também, determinados tipos de plantas com fins medicinais. Importante contributo para o conhecimento da farmacopeia utilizada para tratar determinadas doenças decorreu da descoberta e escavação da botica do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa (Ferreira, 1994).

Preocupações relacionadas com a transmissão de doenças conduziu a que se verifique, em cerâmicas de mesa encontradas nos contextos domésticos, à sua individualização através da marcação, normalmente, no reverso, de pequenas marcas incisas, constituindo letras, séries de traços, cruces, etc..., que as diferenciavam. Também a descoberta de fossas lixeiras, por vezes contendo verdadeiros serviços normalmente associadas a cataclismos, devem antes relacionar-se com medidas de ordem sanitária, designadamente aquando da morte de indivíduos devido a doenças desconhecidas ou às chamadas pestes.

Análises efetuadas a espólios osteológicos, encontrados nas necrópoles intervenionadas, indicam-nos, além da estatura dos indivíduos, causas da morte que, em certos casos, poderia ter constituído epidemia, conforme seria a tuberculose no século XVIII, documentada no Convento da Orada em Reguengos de Monsa-

raz, e doenças, como as artroses, que padeceram em vida (Cunha, 1991; Cunha e Morgadinho, 1991).

Durante as intervenções arqueológicas os espólios são muito diversificados sendo, conforme assinalámos, por vezes estudados por distintos especialistas.

As peças de vidro constituem, tal como as cerâmicas, importante contributo sobre o relacionamento e as trocas comerciais entre diversas regiões da Europa. Elas têm vindo a ser estudadas, designadamente por Manuela Ferreira (2003; 2004; 2005), com trabalhos sobre peças recuperadas em Coimbra, Lisboa, Sintra e Tomar, atribuídas aos séculos XVI, XVII e XVIII (Fernandes e Ferreira, 2004). Exemplares dos séculos XII a XIX, provindos da rua da Judiaria, em Almada, foram igualmente dados a conhecer (Medici, 2005, p. 535-569; 2010). Entre os vidros recolhidos no Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, verifica-se a presença de fragmentos de ventosas utilizadas no tratamento de certas doenças (Leal e Ferreira, 2006, p. 97).

Muitos dos fragmentos de vidro que encontramos nos contextos da Idade Moderna pertenceram a peças produzidas em Portugal. Outras foram importados das oficinas inglesas, catalãs, italianas ou alemãs, da região da Boémia, nomeadamente anéis, pulseiras, contas, cálices, jarros, pratos, taças, candeias, constituindo bens, normalmente de prestígio, utilizados com variadas funções, onde se incluem as cosméticas e farmacopeias, a iluminação, os serviços de mesa, a ornamentação do corpo e do vestuário, ou podendo, até, servirem como elementos apotropaicos (Gomes, 2011, p. 23). As contas, algumas muito pequenas denominadas missangas, seriam utilizadas, principalmente, no comércio ultramarino.

Distintos materiais metálicos, de ouro, prata, bronze, cobre ou chumbo, além de numismas, costumam ser exumados nos contextos da Idade Moderna, como medalhas, fivelas, fechos de livros, fusos de tear, jóias entre outros, que se integram nos quotidianos domésticos (Gomes, 2011, p. 23; Torres, 2007).

Entre os diferentes tipos de espólios da Modernidade, os azulejos constituem o mais estudado. Existem referências a revestimentos azulejares, desde o século XIX, em *O Archeologo Português, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* ou na *Portugália* (Correia, 1915; Loureiro, 1899; Peixoto, 1890-1898; Pereira, 1886; Silva, 1956).

Graças a Santos Simões, espólios azulejares provindos de demolições efetuadas um pouco por todo o país foram conservados passando, inicialmente, a integrarem secção do Museu Nacional de Arte Antiga, sendo depois transferidos para o Convento da Madre de Deus e dando origem ao actual Museu do Azulejo (Simões, 1979; 1997).

A chamada cultura material, resultante das intervenções arqueológicas, permite obter informações diversificadas sobre as comunidades que a criaram e utilizaram, constituindo a cerâmica da Idade Moderna, como a de distintos outros períodos, importante indicador cronológico-cultural.

Os primeiros trabalhos de síntese publicados sobre cerâmicas devem-se a José Queiroz (1907; 1913), Virgílio Correia (1919), Carolina Michaelis de Vasconcellos (1921), seguindo vertente ligada à Etnografia, Joaquim Teixeira de Carvalho (1921) e Reynaldo dos Santos (1956; 1970), que as integra na monumental obra «Oito Séculos de Arte Portuguesa», na categoria das «Artes Decorativas» (Santos, 1970, p. 7).

No entanto, aquele mesmo autor analisou, quase arqueologicamente, peças esmaltadas presentes na pintura portuguesa do século XVI e como objetos ornamentais os exemplares dos séculos XVII, XVIII ou alguns do século XIX, em exibição nos principais museus portugueses. Nestes, as cerâmicas constituem setor de reduzida dimensão, sendo, normalmente, mais valorizadas peças de porcelana, as oferecendo decoração de reflexo metálico e, também, a faiança portuguesa, conforme se pode ainda hoje observar, entre outros, no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, Soares dos Reis, no Porto e, de igual modo, na coleção Guerra Junqueiro. A designada cerâmica comum ou vidrada, encontra-se sistematicamente afastada de tais programas expositivos (Gomes e Casimiro, 2012).

Cerâmicas atribuídas à Idade Moderna registam-se, presentemente, de Norte a Sul de Portugal, sendo, preferencialmente, publicadas as importadas, esmaltadas ou vidradas, dada a facilidade na sua atribuição cronológica, visto existir, presentemente vasta bibliografia. Neste sentido, através de exemplares importados tenta-se obter cronologia para outros e, em particular, para as cerâmicas comuns (Barreira *et al.*, 1998; Osório e Silva, 1998). Nos contextos arqueológicos, atribuídos aos fins do século XV e ao século XVI, verifica-se a existência de peças importadas das oficinas espanholas (andaluzas e valencianas), italianas, holandesas e, algumas, alemãs, assim como os mais antigos exemplares de porcelana chinesa, que refletem período de grande prosperidade e interação social, económica e cultural, sendo relacionáveis com os primeiros tempos da Expansão Portuguesa.

Das oficinas valencianas, Paterna e Manises, encontramos, preferencialmente, taças/escudelas, alguns pratos, jarros e potes, com decoração de reflexo metálico, onde se registam motivos como as folhas de cardo, fitomórficos, pautas, folhas de salsa, margaridas, brasões, entre outros (Gomes e Gomes, 1991, p. 476-478; Gomes *et al.*, 2004; Osório e Silva, 1998; p. 302-314; Sabrosa, 2008, p. 125-129). Às oficinas andaluzas (Málaga e Sevilha) são normalmente atribuídas as taças ou escudelas, com ou sem asas e podendo ser polilobuladas, especieiros, jarros e talhas, com as superfícies esmaltadas de cor verde, com decoração de corda seca (de influência islâmica), mostrando as superfícies de cor branca e tendo muitas destas decoração, de cor azul, de carácter fitomórfico ou zoomórfico (Côrte-Real *et al.*, 2010, p. 121; Gomes e Gomes, 1991, p. 465, 478; 1996 a; 1998, p. 328, 344, 345; Sabrosa, 2008, 123, 124). Das produções italianas, as formas mais frequentes são os pratos, taças e jarros, produzidos com pastas bem depuradas,

onde sobressai o brilho e a boa qualidade do vidro. Oferecem decorações de carácter fitomórfico, geométrico, arquitetónico, antropomórfico, com temas diversificados, sendo a maior parte produzidas em Veneza, Deruta, Faenza, Urbino, Cafaggiolo e Castel-Durante e na Ligúria (Osório e Silva, 1998, p. 314; Gomes e Gomes, 1991, p. 478; Sabrosa, 2008, p. 137-141). Também se têm exumado peças produzidas nas oficinas holandesas que, por vezes, imitam as produções de Montelupo, em Itália (Gomes e Gomes, 1991, p. 480) Registam-se, de igual modo, as primeiras porcelanas vindas da China, produzidas durante a dinastia Ming, sendo as taças e os pratos, com decoração pintada em tons de azul sobre fundo de cor branca, as formas que mais frequentemente encontramos nas escavações arqueológicas. Todas as peças mostram temáticas decorativas que, para os chineses, possuem carácter simbólico (transmitindo a representação do grou e dos pêssegos, votos de prosperidade, e a garça a longevidade, entre outros) enquanto para os europeus não têm qualquer significado (Côrte-Real *et al.*, 2010, p. 128; Fernandes e Carvalho, 1998, p. 215; Gomes e Gomes, 1991, p. 481). A importação de porcelana chinesa vai atingir o seu maior volume no século XVII, correspondendo a produção feita propositadamente para exportação (*Kraakporcelein*).

Do Centro da Europa chegaram-nos peças que utilizam a técnica do vidro de sal (*stoneware*), constituídas maioritariamente por jarros e canecas para cerveja, produzidas grande parte delas nas oficinas de Raeren. Estas caracterizam-se pelos vidrados de boa qualidade, normalmente em tons de castanho claro e de aspeto melado, com a representação de bolotas, de caras barbudas, as designadas *belarminas*, e, ainda, outras figurações humanas (Alves *et al.*, 1998, p. 200; Osório e Silva, 1998, p. 312, 314). Surgem em contextos dos séculos XVII e XVIII os designados cachimbos «holandeses» ou de caulino, mas que, também, foram produzidos em Inglaterra (Martins, 1998; Pimenta *et al.*, 2008).

O maior número de cerâmicas exumadas é, efetivamente, constituído pela loiça comum, que se comercializava por todo o país e se exportava para os territórios ultramarinos, sendo transportada por barco, conforme confirmam carregamentos de peças encontradas em embarcações na Ria de Aveiro. Entre o espólio de uma delas incluem-se taças, tigelas, canecas, alguidares, panelas, bilhas, cântaros, bacios, mealheiros, anforetas, formas de açúcar, entre outros recipientes que seriam produzidos naquela região (Alves *et al.*, 1998, p. 191-210). Não obstante, foram igualmente fabricadas, na região de Lisboa, grandes quantidades de cerâmica comum (Cardoso e Rodrigues, 2008), problemática que abordaremos a seguir.

Durante os séculos XVII e XVIII verifica-se que as produções vidradas e esmaltadas espanholas e italianas passam a constituir, por vezes, percentagens muito reduzidas, sendo substituídas pela porcelana importada da China e, em particular, pelas faianças portuguesas que, com excelente qualidade e decorações inspi-

radas em modelos italianos e orientais (chineses, persas, mongóis) irão experimentar difusão internacional (fig. 9) (Barreira *et al.*, 1998, p. 151-154; Fernandes e Carvalho, 1998; Gomes e Gomes, 1998, p. 329, 331 e 332).

A faiança portuguesa oferece formas diversificadas que, além de pratos e taças, incluem jarros, mangas de farmácia, potes, travessas, terrinas, garrafas, bacias de barbear, vasos de noite, caixas, entre outras. Análises realizadas por intervenção de Luís Keil (1938) a faianças de museus alemães, então atribuídas às produções de Delft, revelaram ser de origem portuguesa e, nomeadamente, exemplares ostentando armas de famílias nobres ou de cidades daquele país. Recordamos que as primeiras análises químicas, feitas a peças de cerâmica portuguesa, terão sido efetuadas por Charles Lepierre (1912), em 1899.

Não podemos deixar de mencionar as cerâmicas de pastas vermelhas, muito bem depuradas que oferecem paredes finas e superfícies brunidas, decoradas com frisos, molduras, mossas, bossas, asas torsas, algumas pedrinhas brancas, mica ou pequenos vidros incrustadas, conforme se regista sobretudo no Centro e Sul do País (fig. 10) (Tibães, Santana em Lisboa, Palmela, Silves) (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 214, 215; Gomes, 2008; Fontes *et al.*, 1998; Santos, 2008).

Os testemunhos arqueológicos correspondentes a fornos de produção de cerâmica são, em Portugal e por ora, muito reduzidos. Dos que se conhecem podemos mencionar exemplar, dos séculos XV-XVI, intervencionado em Alcochete, de que se identificou a fornalha, grelha e câmara de cozedura (Correia, 2005-2007). Aquele, ainda muito bem conservado, foi erguido junto de zona de barreiros, afastada do núcleo urbano e ali se terá produzido cerâmica comum (Correia, 2005-2007, p. 73). Próximo ficaria a zona da Mata da Machada, cuja produção terá incluído exemplares com



Figura 9 – Pátio anexo ao Poço-Cisterna (Silves). Faianças do século XVII (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

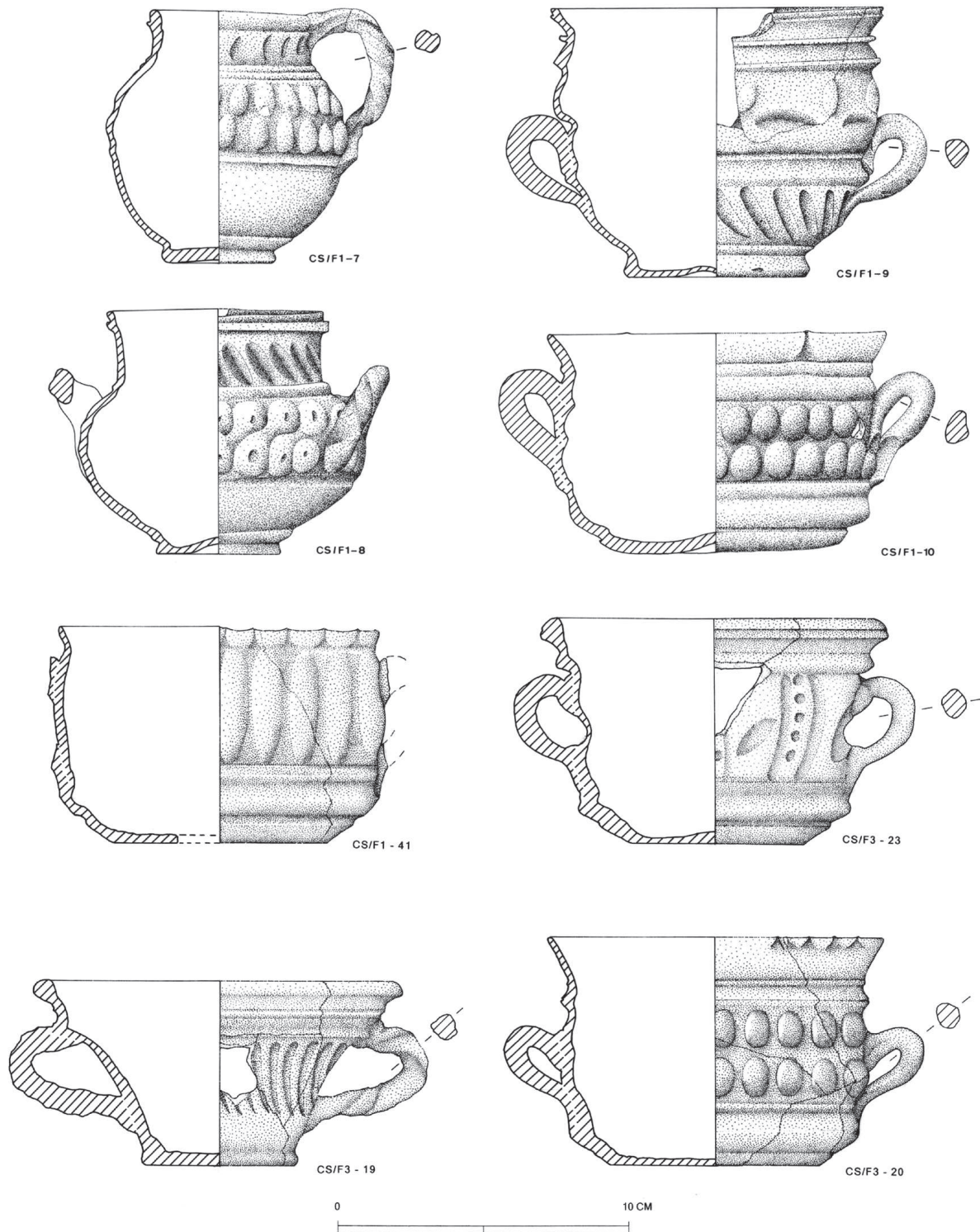


Figura 10 – Convento de Santana (Lisboa). Cerâmica modelada (escav. Rosa e Mário Varela Gomes).

as superfícies esmaltadas e vidradas, quiçá imitando as espanholas, além de cerâmica comum e, entre elas, formas de açúcar e de biscoito (Carmona e Santos, 2005). Na zona de Santos, em Lisboa, que então corresponderia a um dos arrabaldes da cidade onde, além de estaleiros navais, existiram olarias (Santos, 2006, p. 377). Estas foram assinaladas tanto na Zona Oriental como Ocidental da capital (Sebastian, 2010, p. 91-138).

Na área urbana de Palmela, além de espólios, dos séculos XIV ao XVIII, foi identificado parte de forno de cerâmica (Fernandes e Carvalho, 1998).

A descoberta e escavação, em Silves, de dois fornos para produção de cerâmica comum onde, entre outras peças, se cozeram exemplares com as superfícies modeladas, veio contribuir para o melhor conhecimento daquela manufatura (Gomes, 2008). De facto, aquele tipo de cerâmicas era considerado como sendo produzido em oficinas alto-alentejanas, principalmente devido a pervivência de produções afins, problemática revista com o achado algarvio (fig. 11).

É possível que aquele tipo de produção se efetuasse em distintas zonas do país, assim se explicando, a par da faiança portuguesa, a sua difusão a longa distância, por territórios ocupados por portugueses e espanhóis.

As cargas transportadas a bordo dos navios naufragados na Ria de Aveiro indicam a existência de muito significativa produção de cerâmica na zona, faltando, no entanto, identificar aqueles centros (Alves *et al.*, 1998).

Materiais arqueológicos da Idade Moderna foram apresentados, pela primeira vez, no IV Congresso Nacional de Arqueologia, realizado, em 1980, na cidade de Faro.

Aqueles, procediam da intervenção arqueológica, na altura a decorrer em Silves, no designado Poço-Cisterna almoada, hoje Monumento Nacional e já antes por nós referido (Gomes e Gomes, 1984; 1987; 1991).

Decorridas mais de três décadas, verificamos que a Arqueologia da Idade Moderna tem constituído, nos últimos anos, muitas vezes a par da Arqueologia Medieval, tema ou secção de Congressos Internacionais, ocorridos em Portugal. Entre eles podemos mencionar as importantes jornadas sobre «Cerâmica Medieval e Pós-Medieval», realizadas em Tondela, que foram pioneiras no acolhimento daquelas temáticas e, também, a presença de tais matérias no «IV Congresso de Arqueologia Peninsular», onde integraram secção designada por Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica, com atas publicadas em 2010. A «*Revista de Arqueologia Moderna e Contemporânea*» (2010) do Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, cujo principal dinamizador é Élvio Sousa, tem contribuído para o conhecimento da Arqueologia daqueles períodos no Machico (Madeira).

Existem, presentemente, várias publicações *on-line* e, entre elas, o «*Jornal de Arqueologia*», que possui Secção com notícias de Arqueologia Moderna. O mesmo se passa em relação à revista «*Al-Madan*» e, embora dedicada a aspetos particulares

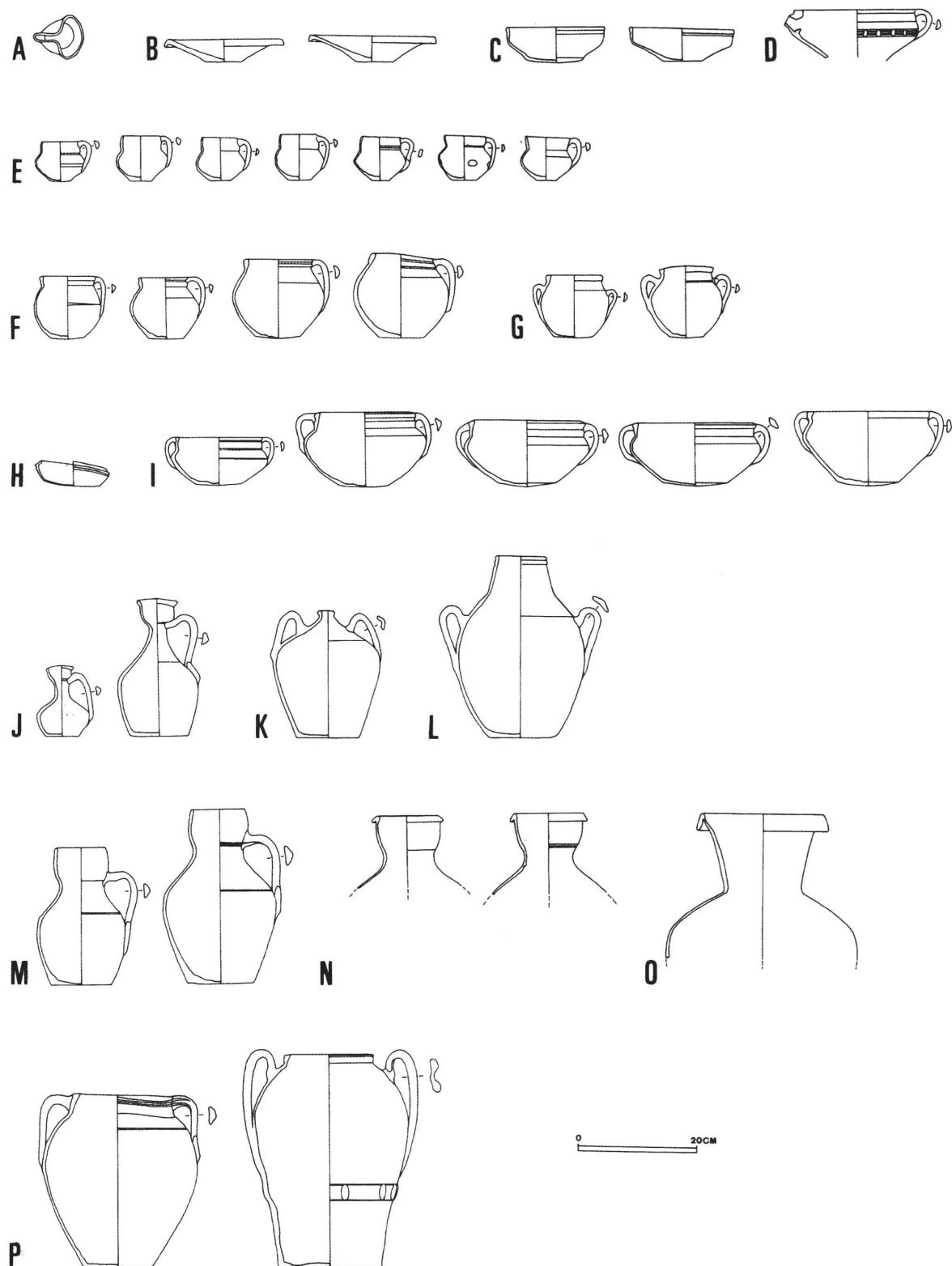


Figura 11 – Principais formas de cerâmica produzidas em fornos de Silves (séc XVI-XVII) (seg. Gomes, 2008, p. 284).

relacionados com as obras por eles promovidas, a «*Revista Digital de Arqueologia*», pertencente à empresa Estradas de Portugal S. A. Pode-se obter, de igual modo, pequenas sínteses sobre a Arqueologia da Idade Moderna e, em particular, no concelho do Porto, no «*Boletim de Arqueologia Portuense*», que se encontra *on-line*.

4. UMA SÍNTESE POSSÍVEL

A Arqueologia Moderna encontra-se, em Portugal, a dar os primeiros passos, ligada, indiscutivelmente, à Arqueologia Urbana, cujo desenvolvimento, por exigência da legislação em vigor, é particularmente notório nas principais cidades do país. Todavia, importa reconhecer a grande falta de interação entre arqueólogos, antropólogos, historiadores, historiadores de arte, urbanistas ou mesmo os arquitetos, pouco contribuindo, por isso, os trabalhos arqueológicos para o estudo da evolução dos núcleos urbanos e rurais.

Tal situação deve-se, a nosso ver, à falta de coordenação, por parte da Tutela e das distintas autarquias, das equipas intervenientes, assim como à quase total ineficiência dos Planos Diretores Municipais, como à falta de cartas arqueológicas mas, também, à escassa divulgação dos resultados obtidos nas intervenções arqueológicas. É possível que a ausência de formação específica, em Arqueologia Medieval e Moderna, de muitos dos arqueólogos a trabalharem em níveis daquelas Idades se manifeste, como seria de esperar, nos poucos trabalhos publicados, se comparados com o elevado número de intervenções arqueológicas efetuadas em contextos urbanos, como à pobreza demonstrada de conhecimentos das problemáticas discutidas.

De facto, assistimos presentemente, à realização de numerosas escavações arqueológicas de contextos da Idade Moderna, efetuadas sobre a responsabilidade de arqueólogos integrados, normalmente em empresas de Arqueologia, mas muitos deles sem qualquer tipo de interesse ou formação na área, o que conduz, na maior parte dos casos, ao simples registo dos achados, tendo em vista apenas a realização, a curto prazo, de relatórios para serem aprovados pela Tutela. Neste caso, grande parte dos vestígios identificados poderão nunca ser publicados e muito menos de modo exaustivo, conduzindo a informações deficitárias, com graves prejuízos para o avanço da investigação, de carácter patrimonial e cultural.

Torna-se, pois, necessário que a Arqueologia Moderna conste do currículo das licenciaturas e mestrados em Arqueologia, aspeto que, no que respeita às nossas Universidades, se encontra, ainda, longe de ser consensual. Não esqueçamos que a grande maioria dos professores, com influência nos desígnios curriculares, têm como área de investigação a Pré e Proto-História ou o Período Romano.

As novas tecnologias e, em particular, as datações absolutas através de radiocarbono, com correção dendrocronológica, assim como os estudos de faunas e

floras, são pouco frequentes para as Idades referidas, tal como outros tipos de análises, designadamente de pastas de cerâmicas ou de vidros, capazes de oferecerem informações em relação aos possíveis centros produtores.

Contudo, apesar dos aspetos negativos enunciados, os contributos oferecidos pela Arqueologia Moderna podem considerar-se como muito positivos, tanto em relação ao estudo da arquitetura como, em particular, no que respeita aos quotidianos. De facto, para além de ter sido possível afirmar o estatuto da Arqueologia Moderna, tem-se desde logo estudado e datado, com maior precisão, espólios considerados como tendo lata cronologia e tidos, até há bem poucos anos, como desprovidos de interesse histórico-arqueológico.

Dois aspetos que nos parecem exemplares, e até algo paradigmáticos, do quadro em apreço, respeitam à perceção recente de que praticamente em todo o País se produziram as chamadas cerâmicas modeladas, durante os séculos XVI e XVII, e não somente em região estrita do Sul (Alto-Alentejo). Não menos importante foi a demonstração que a produção de faiança portuguesa é anterior à de Delft, diferenciando-se desta, em termos formais e decorativos, e em paralelo ter-se reconhecido a sua enorme divulgação em todos os territórios onde os portugueses estiveram ou que com eles comercializaram, só comparável com a difusão que teve, no mundo de então, a *terra sigillata* ou a porcelana chinesa.

Esperamos que, em breve, se verifique um maior interesse pela Arqueologia Moderna, desenvolvendo-se os conhecimentos em relação à sua cultura material, informação imprescindível para a reconstrução histórica de um passado em que apesar de existirem textos, eles não transmitem a totalidade da enorme diversidade dos comportamentos humanos.

Comentario al trabajo de Varela Gomes, Rosa, «A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal. Contributos e problematica», emitido por el Prof. Antonio Malpica Cuello*

Este artículo trata de un tema que ha ganado atención entre los investigadores. Al compás del desarrollo de las actividades arqueológicas, especialmente urbanas, y del perfeccionamiento del registro arqueológico, los testimonios del pasado se han ido ordenando, como parece lógico en primera instancia, en períodos históricos. Hay que tener en cuenta que los artefactos que se recuperan son más abundantes cuanto más próxima a nosotros es la sociedad que los ha generado, pero no es menos cierto que se constata un aumento en su producción en la medida en que su capacidad productiva y, por tanto, de consumo es también

* Catedrático de Arqueología Medieval de la Universidad de Granada, e-mail: amalpica@ugr.es

mayor. Sin duda a esos procesos hay que añadir la generalización del intercambio, fruto de una mejora en los medios de transporte y comunicación y, cómo no, de la demanda de unos grupos sociales o del conjunto de la sociedad.

En suma, la llamada Arqueología Moderna nos acerca a una realidad nueva que no siempre es fácil de definir. La simple constatación de que nos hallamos en una época diferente de la anterior, la medieval, aunque gestada en ella, es suficiente, aunque sería de desear una profundización mayor. En ese sentido, el libro de Johnson, Matthew, *An Archaeology of Capitalism*, es sumamente ilustrativo y permite plantear cuestiones que normalmente son olvidadas.

Tenemos, pues, dos caminos, que pueden y deben ser complementarios y que han de permitir arrojar mucha luz sobre los procesos históricos y antropológicos que se derivan de una creciente capacidad productiva y de un aumento en la demanda de bienes de consumo y de lujo.

El primero es la ordenación de los fenómenos que se perciben y que se han de señalar, a ser posible, con un orden jerárquico, pues no es igual el avance de la ciudad más allá de las murallas, que el uso de vestidos diferentes a los anteriormente empleados. En todo caso, se observa, aun teniendo en cuenta únicamente los datos procedentes de las cada vez más abundantes excavaciones, cómo la dimensión de lo público se va poniendo en un lugar principal. Y de ahí se deriva la práctica de una vida llena de manifestaciones de cada grupo social, que va más allá incluso del estamento en que se inserta. Así, por ejemplo, los aparentemente llamativos hallazgos de cerámicas orientales de importación que se han recuperado en Portugal y de los que se hace eco el artículo, que se insertan en ajuares monásticos, se explica porque sus propietarios/as son nobles y burgueses importantes, si bien religiosos. De ese modo, el marco de los monasterios, que aparece como un punto de referencia del que se sugiere que podría formar parte de una línea de investigación con suficiente entidad, trasciende el propio lugar y nos lleva a analizar los niveles de vida y de capacidad de consumo en el conjunto de la sociedad.

Este primer camino es el que sigue brillantemente la autora en este estimulante artículo. Su capacidad de resumir y analizar la evolución de la que llama Arqueología da Idade Moderna nos permite situar la dinámica de esta naciente disciplina y, consecuentemente, sus posibilidades, en el panorama científico. La divulgación de los conocimientos, que comenzó a mediados del siglo XIX con la organización de grandes exposiciones, marca un punto de inflexión con respecto al período anterior, en el que el coleccionismo y, sobre todo, la prevalencia de los anticuarios es fundamental. Ese cambio viene acompañado de una institucionalización de los objetos y monumentos, gracias a un cambio mental importante en el que el concepto de «patrimonio» tiene una fuerza destacable.

Señala la autora con acierto y en reiteradas ocasiones que esa evolución no es, por supuesto, exclusiva de Portugal, sino que es general a toda Europa. En ese

sentido, quizás, hubiera sido de desear que marcara las grandes líneas antes de entrar en los detalles que menciona y que dan una visión muy completa sobre el caso portugués. Claro está que, de haber elegido esa solución, el artículo hubiera adquirido unas proporciones demasiado extensas.

En su parte tercera opta por una descripción de los temas sustanciales en su criterio que configuran la Arqueología da Idade Moderna. Sus apreciaciones son muy interesantes y aparecen ordenadas en diferentes apartados que nos dan una idea muy adecuada de ese período a partir de la arqueología. Un ejemplo es la constatación del avance de las ciudades portuguesas más allá de las murallas y la creación de grandes plazas; otro es la consideración de los monasterios como unidades que han de ser analizadas en su conjunto, de forma individualizada, pero con comparaciones obligadas entre ellos. Por otra parte, los cambios habidos en las estructuras defensivas nos conduce a observar la importancia de esos espacios como áreas de prestigio, más que exclusivamente defensivas. No olvida el carácter de lo cotidiano que nos permite el estudio de los artefactos y de los restos modernos. Especialmente importante es el caso de la arqueología náutica y subacuática, que, sin embargo, no tiene apenas desarrollo. A todo ello hay que añadir la importancia de las producciones cerámicas y su capacidad comercial, ya de fuera, ya en el interior, sean importaciones de lujo como exportaciones de producciones que podemos considerar casi industriales y en serie (cerámica del azúcar) y otras que demuestran la asimilación de los nuevos códigos estéticos (la Portuguese Faience) y su gran capacidad de difusión.

En suma, el camino elegido por Rosa Varela Gomes le ha permitido trazar un cuadro muy veraz de las posibilidades del estudio de la Arqueología da Idade Moderna, de las líneas en las que hay que profundizar. Ha preferido hacerlo así, quizás con buen criterio dado el poco avance de esta disciplina, ordenar los datos y explicar los hallazgos, con un conocimiento importante de las ciudades portuguesas en ese período gracias a las intervenciones que se han ido multiplicando en todo el país. Al compás de sus descripciones, perfectamente organizadas y ordenadas, surgen múltiples cuestiones que estamos seguros que se irán tratando en el futuro, tal vez cuando la reflexión sea mayor en el colectivo de la arqueología portuguesa.

No se ha iniciado el segundo camino, del que cabe, sin embargo, hablar aunque sea de manera resumida e incluso elemental. Cuando se menciona la Arqueología da Idade Moderna, pensamos que habría que definir el período moderno, porque de otra manera la visión es reducida a fenómenos de tipo artístico, estético o generales. ¿Hay un aspecto material que define a esa etapa? Sí, el surgimiento del capitalismo, del primer capitalismo, del capitalismo comercial. Ese capitalismo que va a crear una economía mundo (Immanuel Wallerstein) y que va a sellar diferencias notables entre los grupos sociales, como en los mismos territorios, con un desarrollo urbano y una gran transformación rural. De ese

proceso arrancan los despoblados (villages désertés, deserted villages), que fueron estudiados en los años 60 del pasado siglo y que, en cierto modo, permitieron la aparición de la Arqueología postclásica. Los cambios habidos en el campo van, sin embargo, mucho más allá, aunque la autora no los tenga en cuenta en su artículo, posiblemente porque en Portugal no hayan sido objeto de una atención detenida y porque hubiera roto su discurso.

La formación de esa economía mundo supone también la aparición en primera línea de la ocupación de nuevas tierras y el contacto con culturas hasta entonces desconocidas. La implantación de la civilización europea supuso un cambio radical y trajo consigo un intercambio desigual, del que se ocupa la arqueología del contacto.

En definitiva, la Arqueología da Idade Moderna tiene un amplio camino por recorrer. Sin duda, artículos como el presente son más que imprescindibles y merecen ser atendidos para elaborar, como señala la propia autora, una reflexión colectiva que permita que los restos materiales aparezcan en el debate histórico.

Resposta da autora ao comentário

Agradeço e estou de acordo com as observações efectuadas pelo Professor António Malpica Cuello, bom conhecedor da matéria apresentada, dado não só ter dirigido escavações arqueológicas no Alhambra, na área urbana de Granada e em muitos outros sítios, como teses de doutoramento sobre temas afins e muito ter reflectido e escrito sobre a temática tratada. As suas palavras são sempre um incentivo à elaboração teórica e à boa manipulação dos dados empíricos.

Conforme mencionei, no resumo inicial, trata-se apenas de síntese de tema que, eventualmente, por se interligar com outras áreas do saber/investigação arqueológica, é bem complexo. A opção em apresentarmos, apenas, o caso português, relacionou-se com questões de carácter prático, como pelo facto de a Arqueologia Moderna ser encarada de modo distinto nos vários países europeus. Por exemplo, na vizinha Espanha, aquela prossegue na continuação da Arqueologia Medieval, conforme título sugestivo da obra, publicada em 2010, «Arqueologia III Arqueologia Medieval y Posmedieval». Na Grã-Bretanha, desde 1968 que são publicados artigos sobre aquelas temáticas, nomeadamente na «Post-Medieval Archaeology», pertencente a sociedade com o mesmo nome e criada com o objetivo de «to promote the study of the archaeological evidences of British and Colonial history of post-medieval period before the onset of industrialization». A investigação em Arqueologia Moderna tem vindo a dar frutos, em particular, na Europa como do outro lado do Atlântico, embora não sejam despididos os testemunhos de outros continentes, designadamente aqueles proporcionados pela Arqueologia Subaquática.

É claro que a Arqueologia Moderna em Portugal não pode ser desligada de contextos europeus ou «ultramarinos». Todavia, quisemos por razões de extensão do artigo que nos foi amavelmente solicitado pelo Dr. Luís Raposo, circunscrevermo-nos ao território nacional.

Encontramo-nos em completa sintonia com o Professor António Malpica Cuello, quando observa que temos de aprofundar as grandes transformações económicas, sociais e ideológicas da Idade Moderna, no quadro do capitalismo comercial que, todavia, não explica todos os contornos que enformam aquelas. Quanto a nós, foi sobretudo uma nova atitude perante o conhecimento, as interrogações sobre o próprio Homem (o «Novo Homem» do Humanismo laico) e sobre o Mundo, que haveriam de conduzir, no século XVI, ao mercado mundial ou, se entendermos, à globalização desenvolvida nas centúrias seguintes e até aos alvares do capitalismo industrial, promovido pelo Estado ou por aristocratas e burgueses (Jeannin, P. 1957, *Les Marchands au XVe Siècle*, Éd. du Seuil, Paris).

Como em Ciência nada está completo e acabado, desejamos que o presente texto estimule outros investigadores a criticá-lo e a prosseguirem estes primeiros passos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, L.F. de (1965) – Alguns documentos para a História da Arqueologia em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. IV, p. 103-108.
- ALVES, F. (1998) – Genealogia e arqueologia dos navios portugueses nos alvares do mundo moderno. In *Nossa Senhora dos Mártires. A Última Viagem*. Lisboa: Editorial Verbo. p. 71-83
- ALVES, F. J.; RODRIGUES, P. J. P.; GARCIA, C.; ALELUIA, M. (1998) – A Cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 185-210.
- ALVES, F.; RIETH, E.; RODRIGUES, P.; ALELUIA, M.; RODRIGO, R.; GARCIA, C.; RICCARDI, E. (2001) – The hull remains of Ria de Aveiro A, a mid-15th century shipwreck from Portugal: a preliminary analysis. In *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition – Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 317-345. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- ALVES, F.; RIETH, E.; RODRIGUES, P.; (2001a) – The remains of a 14th-century shipwreck at Corpo Santo, and of a shipyard at Praça do Município, Lisbon, Portugal. In ALVES, F., ed. – *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition – Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 405-426. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- ALVES, F.; MONTEIRO, P.; PINHEIRO, S. (2008) – Relatório da campanha de arqueologia preliminar dos destroços do navio *Arade 23* (2007). Lisboa: DANS. 32 p. (Trabalhos da DANS; 44).
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; RAMALHO, M. (1994) – A Baixa Pré-Pombalina: Alguns Aspectos Urbanísticos. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 227-237.
- ANTUNES, M. T. (1989) – Espólio de animais do poço e do silo da Casa de João Esmeraldo. In *Escavações nas casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal. p. 49-52. Catálogo.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. (2008) – As ocupações antigas e modernas do Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb*. Silves. 8, p. 365-395.
- AQUISIÇÕES do Museu Etnológico Português (1913). *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XVIII, p. 131-165.
- AZEVEDO, P. A de (1896) – Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758». *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 62-64.
- AZEVEDO, P. A. de (1897) – Informações archeologicas colhidas no «Diccionario geográfico», do Cardoso. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 226, 244.
- AZEVEDO, P. A. de (1900) – Noticias várias. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, V, p. 337-343.
- AZEVEDO, P. A. de (1903) – Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1755». *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, VIII, p. 214-235.
- AZEVEDO, P. A. de (1908) – Miscellanea. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XIII, p. 10-37.
- BARBOSA, T.; CASIMIRO, T.; MANAIA, R.; SILVA, T.; TORRES, A. (2008) – As Escavações no Largo Duque de Cadaval (Lisboa) (2008). *Al-Madan*. Almada. S. 2, 15, p. 8-9. Adenda online.
- BARREIRA, P.; DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 145-184.
- BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2008) – Sondagens arqueológicas na Cerca Seiscentista de Faro: resultados de uma pequena intervenção. *Xelb*. Silves. 8, p. 305-313.
- BETTENCOURT, J. A. (2008) – *A Nau Nossa Senhora da Luz (1615) no Contexto da Carreira da Índia e da Escala dos Açores: Uma Abordagem Histórico-Arqueológica*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências

- cias Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.
- BETTENCOURT, J. A.; CARVALHO, P.; CALEJA, P.; ALVES, F. (2006) – O sítio arqueológico subaquático Arade B. *Xelb. Silves*. 6, p. 254-274.
- BOAVIDA, C. (2011) – Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal) [Em linha]. [Consult. 28. Jun. 2012]. Disponível em [http://www.museudacidade.pt/arqueologia/estonline/Publicacoes/Esp%C3%B3lio%20v%C3%ADtreo%20de%20um%20po%C3%A7o%20do%20Hospital%20Real%20de%20Todos-os-Santos%20\(Lisboa\).pdf](http://www.museudacidade.pt/arqueologia/estonline/Publicacoes/Esp%C3%B3lio%20v%C3%ADtreo%20de%20um%20po%C3%A7o%20do%20Hospital%20Real%20de%20Todos-os-Santos%20(Lisboa).pdf)
- BUESCU, A. I.; FELISMINO, D., coord. (2011) – *A Mesa dos Reis de Portugal, – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo dos Leitores. p. 478. (Temas e Debates).
- BUGALHÃO, J.; DUARTE, D. (2003) – Intervenção arqueológica na Igreja de Santa Catarina, Lisboa. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. p. 147-162.
- CAEIRO, E.; ABEL, A. B.; MASCARENHAS, J. M. (1996) – Os sistemas hidráulicos da Abadia de São Bento de Cástris (Évora): Reconhecimento e análise preliminar. In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 209-226.
- CAMPOS, J. P. (1994) – O Património Cultural Defendido pela Igreja. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 119-125.
- CÂNDIDO, M. J.; NETO, J. L. (2008-2009) – A Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus. *Ciências e Técnicas do Património*. Porto. S. I: VII-VIII, p. 115-125.
- CARDOSO, G.; CABRAL, J. P.; d'ENCARNAÇÃO, J. (2002) – De convento a casa de veraneio. Aspectos arqueológicos no estudo do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais. In 3.ª *Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 213-229.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2008) – As cerâmicas de Poço Novo (II) – Cascais. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 95-108.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Junho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 1, p. 259-284.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. (2010) – A estação arqueológica de Salamansa (Ilha de São Vicente, República de Cabo Verde). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, p. 167-214.
- CARDOSO, J. L.; GOMES, M. V. (1996) – Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (séculos XV-XVI). *Xelb. Silves*. 3, p. 207-268.
- CARDOSO, G.; D'ENCARNAÇÃO, J. (1994) – Três anos de intervenções arqueológicas em Cascais. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 173-185.
- CARMONA, R.; SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro. 67 p.
- CARVALHO, J. (1921) – *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASIMIRO, T. (2011) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V, 1, p. 689-726.
- CASTRO, A. S. e. (2009) – *Cerâmica europeia de importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (Séculos XV-XIX)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 316 p., 136 figs. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa. Texto policopiado.
- CASTRO, A. I. S.; SEBASTIAN, L. C. P. (2008) – Faianças dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 325-334.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2010a) – Estudo gliptográfico do Mosteiro de S. João de Tarouca. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 79-90. (Promontoria Monográfica; 8).

- CATARINO, H.; INÁCIO, I.; (2008) – A ocupação tardo-medieval e moderna no Castelo de Paderne. *Xelb. Silves*. 8, p. 307-332.
- CIRCULAR às Câmaras Municipais (1905). *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. 4: X, p. 438-439.
- COELHO, I. A. D. P. (2008) – *A Cerâmica Oriental da Carreira da Índia no Contexto da Carga de uma Nau – A Presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Texto policopiado.
- COELHO, R. A. da G. G. (2009) – *A intervenção arqueológica no Largo António Joaquim Correia – Contributo para o estudo da vida quotidiana em Setúbal no tempo do grande terramoto*. Lisboa: F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Texto policopiado.
- CONDE, M. S. A. (1997) – Sobre a Casa Urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média. *Arqueologia Medieval*. Porto. 5, p. 243-265.
- CORDEIRO, M. da C. T. (2008) – Cerâmica hispano-árabe de reflexo metálico do Museu Nacional de Soares dos Reis – Porto: elementos formais de superfície. In *4.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 187-219.
- CORGA, M.; FERREIRA, M. T. (2010) – A acção caritativa da Santa Casa da Misericórdia de Faro: História e Bioarqueologia da 7ª obra corporal. *Xelb. Silves*. 10, p. 531-546.
- CORREIA, M., (2005-2007) – Um forno de produção cerâmica dos séc. XV-XVI, em Alcochete. *Musa*. Setúbal. 2, p 67-73.
- CORREIA, V. (1915) – Azulejos datados. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série1, XX, p. 162-210.
- CORREIA, V. (1919) – Oleiros quinhentistas de Lisboa. *Águia*. Porto. XV, p. 88. Separata.
- CÔRTE-REAL, A. (2003) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 411-419.
- CÔRTE-REAL, A. (2009) – *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra: Ed. Direcção Regional de Cultura do Centro. p. 99.
- CÔRTE-REAL, A. (2012) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. A doçaria contemporânea de raiz tradicional – o caso das Clarissinhas de Coimbra. In *Sabores e Saberes da Doçaria Portuguesa*. Lisboa. Instituto do Emprego e Formação Profissional. p. 131-139.
- CÔRTE-REAL, A.; LEAL, C.; MUNHÓS, M.; PATO DE MACEDO, E.; BERNARDO, L., M. (2010) – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: investigação, musealização e síntese de aspectos orientalizantes no espólio. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve p. 113-128. (Promontoria Monográfica; 8).
- COSTA, C.; FERNANDES, T. M.; ALMEIDA, P.; SERRA, M. (2008) – Desenterrando o passado: paleobiologia dos indivíduos exumados na Rua do Adro e Santa Maria em Lagos. *Xelb. Silves*. 8, p. 325-332.
- COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2010) – Gostos e Sabores. O caso do Convento das Bernardas (Tavira). *Xelb. Silves*. 10, p. 635-654.
- CRUZ, P. B. da (1896) – Novas aquisições do Museu Municipal da Figueira. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 294.
- CRUZ, P. B. da (1897) – Museu Municipal da Figueira da Foz, *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 118, 119, 191.
- CRUZ, P. B. da (1897) – Museu Municipal de Bragança. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 155-156.
- CRUZ, P. B. da (1900) – Museu Municipal da Figueira da Foz. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1,V, p. 177-184.
- CUNHA, A. S. (1991) – Um caso de morbilidade em necrópole do Convento da Orada. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 425-428.
- CUNHA, A. S.; MORGADINHO, S. M. C. (1991) – Estudo de uma artrose de um pé, de um caso de mumificação natural do século XVIII, apreendido na igreja da Graça em Lisboa. In *Actas das*

- IV *Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 445-447.
- DIAS, C. C.; JORGE, V. F. (1996) – Rede Hidráulica da abadia cisterciense de São Cristóvão de Lafões (São Pedro do Sul). In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 227-240.
- DIAS, J. (1971) – Estudos do Carácter Nacional Portugueses. *Estudos de Antropologia Cultural*. Lisboa. 7, p. 49.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (1995) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo Terramoto de 1755. In *1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 163-170.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, n.ºs 36-44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 257-265.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 201-235.
- DIOGO; A. M. D.; TRINDADE, L. (2008) – Cerâmicas de barros vermelhos provenientes de entulhos dos terramotos de 1531, em Lisboa. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 171-185.
- ESPANCA, T. (1978) – *Inventário Artístico de Portugal. IX Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. p. 850
- ESTRELA, C. L.; FERREIRA, S. D.; FERREIRA, R. M. (2008) – Apontamentos sobre Silves na época moderna: a intervenção arqueológica na Rua das Parreiras. *Xelb*. Silves. 8, p. 223-233.
- ETCHEVARNE, C.; SARDINHA, O. (2007) – A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 25, p. 345-372.
- FERNANDES, I. C. E.; CARVALHO, A. R. (1998) – Conjuntos cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 211-255.
- FERNANDES, L. (1994) – Alguns dados acerca do dique da Ribeira das Naus. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 253-259.
- FERNANDES, L.; FERREIRA, M. (2004) – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina em Lisboa. Estudo do espólio vítreo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 22, p. 453-489.
- FERREIRA, F. E. R. (1984) – Mil e cem anos na história de S. Vicente de Fora: contributo da arqueologia. *Almadan*. Almada. 2, p. 3-5.
- FERREIRA, F. E. R. (1985) – O mosteiro afonsino de S. Vicente de Fora: subsídios para a reconstrução da sua fisionomia. *Revista Municipal*. Lisboa. S. 2, 12, p. 3-12.
- FERREIRA, F. E. R. (1994) – Escavações arqueológicas da botica do mosteiro de S. Vicente de Fora. In *A botica de S. Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias. p. 26-32.
- FERREIRA, F. E. R. (2002) – As Etapas do Moderno. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 239-244.
- FERREIRA, M. A. (2003) – Vidro arqueológico da região de Sintra (séculos XVI e XVII). *Arqueologia Medieval*. Porto. 8, p. 279-291.
- FERREIRA, M. A. (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de St.ª Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 541-583.
- FERREIRA, M. A. (2005) – O uso de vidraria em Sellium e em Tomar: as descobertas arqueológicas recentes em relação com a História do vidro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 387-431.
- FERREIRA, M., A.; SANTOS, P. C. (2010) – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: investigação, musealização e síntese de aspectos orientalizantes no espólio. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da

- Universidade do Algarve. p. 113-128. (Promontoria Monográfica; 8).
- FERREIRA, N. M.; DIOGO, M.; COSTA, C.; FARIA, F.; FERNANDES, T. M. (2008) – Um edifício, uma planta, um enterramento... uma gafaria em Lagos?. *Xelb*. Silves. 8, p. 431-449.
- FONTES, L.; FERNANDES, I. M.; CASTRO, F. (1998) – Peças de louça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Mosteiro de S. Martinho de Tibães. In *2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 355-363.
- FRANÇA, J. A. (1977) – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand. p. 389.
- GARCIA, C.; MONTEIRO, P.; ALVES, F. (1999) – Estratégias e metodologias da intervenção arqueológica subaquática no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 199-210.
- GARCIA, C.; MONTEIRO, P.; PHANEUF, E. (1999) – Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 211-232.
- GARCIA, J. M. (2008) – *Lisboa do Século XVII “A Mais Deliciosa Terra do Mundo”*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses; Direcção Municipal de Cultura. p. 120.
- GARCIA, J. M. (2009) – *História de Lisboa. Tempos Fortes*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses; Direcção Municipal de Cultura. p. 132.
- GOGGIN, J. M. (1960) – *The Spanish Olive Jar. An introductory study*. Sidney W Yale: Yale University Publications in Anthropology. (*Papers in Caribbean Anthropology*; 62).
- GOMES, M. V. (1993) – Ânfora encontrada em Vilamoura (Loulé). *Al’-Ulyā*. Loulé. 2, p. 49-60.
- GOMES, M. V. (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (Sécs XVI-XVII) – Notícia preliminar. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 271-292.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1984) – Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI encontradas no poço-cisterna árabe de Silves. In *Actas do 3.º Congresso do Algarve*. Silves: Racial Clube. 1, p. 35-44.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço-cisterna de Silves. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa. Campo Arqueológico de Mértola. p. 457-490.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XV a XVI do poço cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-206.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1996a) – Faianças do tipo «Santo Domingo Blue on White» do Funchal e de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 269-284.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 315-348.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CARDOSO, J. L. (1996) – Aspectos do quotidiano de uma casa em Silves durante o século XV. *Xelb*. Silves. 3, p. 33-78.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CORREIA, J. R.; SERPA, F. (1991) – Escavações na primitiva igreja de N.ª Sr.ª da Orada – Reguengos de Monsaraz, (Notícia preliminar). In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 415-423.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2000) – Numismas de Aragão Leão e Castela, procedentes de contextos arqueológicos de Silves In *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática*. Porto: Associação Numismática de Portugal. p. 249-261.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2000) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa – Resultados preliminares. *Olisipo*. Lisboa. S. II, 27, p. 75 -92.
- GOMES, P.; MELO, M.; OSÓRIO, M.; SILVA, A.; TEIXEIRA, R. (2004) – Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto. *Olaria*. Barcelos. 3, p. 89-96.
- GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 525. (Trabalhos de Arqueologia; 35).

- GOMES, R. V. (2006) – *Silves (Xelb)-Uma Cidade do Gharb al-Andalus. O Núcleo Urbano*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 224. (Trabalhos de Arqueologia; 44).
- GOMES, R. V. (2011) – *Silves (Xelb)-Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 411. (Trabalhos de Arqueologia; 53).
- GOMES, R. V. (2012) – Engenho de Açúcar da Alcaidaria de Silves. In *Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM. p. 343-354.
- GOMES, R. V.; CASIMIRO, T., M. (2013) – Post-Medieval Archaeology in Portugal, *Journal of Post-Medieval Archaeology*. Society of Post Medieval Archaeology. p. 17-34.
- GUERRA, L. de F. da (1896) – A Exposição de Vianna do Castello. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, II, p. 269-272.
- GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- GUSMÃO, A. N. (1956) – *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio da Arqueologia da Idade Média)*. Lisboa: [s. n.].
- HAUPT, A. (1986) – *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. p. 309.
- IGREJA de Leça do Bailio (1935). *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. 1, 79 p.
- KEIL, L. (1938) – A faiança de Hamburgo e as suas analogias com a cerâmica portuguesa do século XVII. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*. Lisboa. S. 1, 3, p. 44-47.
- LEAL, C.; FERREIRA, M. A. (2006) – Cuidados de higiene e saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. *Portugália*. Porto. XXVII, p. 89-117.
- LEMOS, F. S. (2002) – Arqueologia urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 245-253.
- LEPIERRE, C. (1912) – *Estudo Químico e Tecnológico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOPES, M. C.; UMBELINO, C.; CUNHA, E.; SILVA, A. M. (2003) – Intervenção arqueológica de emergência no Convento de S. Francisco – Beja. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 137-144.
- LOUREIRO, F. (1899) – Um azulejo do século XVII. *Portugália*. Porto. 1: I, p. 145-146.
- LOUREIRO, V. F. (2004) – *O Casco do Arade 1 (Algarve/Portugal) – Arqueografia e arqueologia de uma embarcação do início da Época Moderna*. Paris: Université de Paris I – Sorbonne; Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. D.E.A. en Archéologie des Temps Historiques. Texto policopiado.
- LOUREIRO, V.; ALVES, J. G. (2007) – O navio seiscentista Arade 1: resultados preliminares das intervenções arqueológicas de 2004 e 2005. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10, p. 367-379.
- LOURENÇO, F. S.; RAMALHO, M. (1991) – O Celeiro Medieval do Hospital o Salvador em Abrantes. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 401-413
- LUZIA, I., (2010) – A Ermida de Nossa Senhora da Conceição: evolução de um espaço. *Xelb*. Silves. 10, p. 421-438.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. III, 1, p. 51-448.
- MAGALHÃES, N. (2008) – *Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas*. Faro: Letras Várias, Edições e Arte. p. 330.
- MANOEL, C. da C. (1895) – Archeologia Ebo-rense. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, I, p. 281-291.
- MANOEL, C. da C. (1896) – Archeologia Ebo-rense. Cofre de ferro existente na Secção Archeologica da Bibliotheca Pública de Évora. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I, II, p. 95-97.
- MANOEL, C. da C. (1896a) – Archeologia Ebo-rense. As ruínas do antigo convento de S. Fran-

- cisco de Évora. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 302-304, 2 ilustrações.
- MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2003) – Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma intervenção urbana. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. p. 31-43.
- MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2006) – Palácio dos Marqueses de Marialva. Intervenção Arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa, 1999-2000). *Património Estudos*. Lisboa. 9, p. 195-206.
- MARQUES, T., coord. (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel*. Lisboa: IPPAR. p. 303.
- MARQUES, T., coord. (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal, Faro, Olhão, Tavira, Vil Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*. Lisboa: IPPAR. p. 314.
- MARTINS, A.; NEVES, C.; ALDEIAS, V. (2010) – Arqueologia Medieval – Moderna – os silos da Avenida Miguel Fernandes – Beja. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 205-212. (Promontoria Monográfica; 8).
- MARTINS, M. (1998) – Um fragmento de tubo de cachimbo da Secção II, Contexto n.º 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.079) (Amadora). In *2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 365-366.
- MASCARENHAS, J. M.; FERNANDES, T. M. (1996) – Os sistemas hidráulicos do mosteiro da Flor da Rosa (Crato). In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 299-320.
- MEDICI, T., (2005) – The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12th-19th century). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 535-569.
- MEDICI, T. (2010) – Vidros medievais e modernos da escavação da Rua da Judiaria em Almada (Portugal). In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 265-278. (Promontoria Monográfica; 8).
- MEDINA, J. (1994) – O «Estado Novo» – I O ditador e a Ditadura. In *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. XII, p. 409.
- MENDES, C.; NEVES, M., J.; DIAS, G. (2010) – Igreja das Freiras (Lagos): contributo da arqueologia acima e abaixo da cota zero para a história da evolução arquitectónica do edifício. *Xelb*. Silves. 10, p. 531-546.
- MESTRE, J. (1991) – Olaria medieval de Beja. Contribuição para o seu estudo. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa. Campo Arqueológico de Mértola. p. 565-574.
- MOITA, I. (1964-66) – Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório de escavações da C.M.L. *Revista Municipal*. Lisboa. 101-111.
- MOITA, I. (1993-1994) – Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia. Um problema de identidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 11-12, p. 143-151.
- MONTEIRO, P. (1999) – Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto da construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores): discussão preliminar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 233-261.
- MORALES, A. C.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J. (2010) – Atitudes face à morte em Tavira (Portugal). In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 213-222. (Promontoria Monográfica; 8).
- MUSEU Etnológico do Dr Leite de Vasconcellos (1930-31). *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XXIX, p. 210-218.
- O MUSEU Municipal do Porto (1899). *Portugália*. Porto. 1: 1, p. 155-156.
- NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; FERREIRA, M. T. (2010) – Separados na vida e na morte: retrato do tratamento mortuário dado aos escravos africanos na cidade moderna de Lagos. *Xelb*. Silves. 10, p. 547-560.
- NEVES, M. J.; FERREIRA, M., T.; ALMEIDA, M.; DIAS, G. (2010) – Necrópole medieval de Nossa Senhora de Finisterra (Soure, Coimbra): Resultados de uma escavação em contexto de emergência. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 233-240. (Promontoria Monográfica; 8).
- NOSSA Senhora dos Mártires. *A Última Viagem* (1998). Lisboa: Editorial Verbo.

- OLIVEIRA, C. (2008) – A intervenção arqueológica na Rua de S. Gonçalo de Lagos, n.º 13-15. Um modesto contributo para a história da época moderna na cidade de Lagos. *Xelb. Silves*. 8, p. 315-324.
- OSÓRIO, M. I. N. A. P.; SILVA, A. M. S. P. (1998) – Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 283-314.
- OSÓRIO, M. I. N. A. P.; SILVA, A. M. S. P. (2002) – Arqueologia de um espaço urbano – A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 83-95.
- PAIS, J. (1989) – Macrorrestos de vegetais recolhidos no poço da Casa de João Esmeraldo. In *Escavações nas casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal. p. 54-57. Catálogo.
- PEIXOTO, R. (1890-1898) – Uma iconografia popular em azulejos. *Portugália*. Porto. I: 3, p. 585-590.
- PEREIRA, G. (1886) – Os azulejos. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. 3: V, p. 45-47.
- PEREIRA, V. (2003) – Intervenção Arqueológica no edifício dos Antigos Paços do Concelho, Guarda. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal de Amadora. p. 95-105.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; SILVA, R. B. da, (2008) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge, em Lisboa. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 335-353.
- PINTO, M. M. (2011) – *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro – Arqueologia*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras. p. 193.
- PINTO, M.P.; FERREIRA, A. G. (2010) – A dinâmica da evolução do espaço de um convento cisterciense: o caso do convento das Bernardas em Tavira, *Xelb. Silves*. 10, p. 613-633.
- QUEIRÓZ, J. (1907) – *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typografia do Anuário Commercial.
- QUEIRÓZ, J. (1913) – *Olarias do Monte Sinai*. Lisboa: Typografia Castro Irmão.
- QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E.; PEREIRA, T.; MENDES, P. (2006) – *Santa Clara-a-Velha: O Quotidiano para além da Ruína – Primeiros Resultados da Investigação Paleoeológica e Arqueobotânica, 2006*. Lisboa: IGESPAR. p. 1-139. (Trabalhos do CIPA; 97).
- QUINTELA, A. de C.; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M.; ABECASIS, M. H. (1996) – A água no convento da Arrábida. In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 349-372.
- RAMALHO, M. M. B. M.; FOLGADO, D. (2002) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 247-288.
- RAMALHO, M. M.; VIEGAS, C. (1994) – Intervenção Arqueológica nos Armazéns do Chiado (Lisboa). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 243-252.
- RASTEIRO, J. (1897) – Notícias Archeologicas da Península da Arrábida. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 1-48.
- REAL, M. L.; GOMES, P. D.; TEIXEIRA, R.; MELO, R. F. (1994) – A Casa do Infante (Porto): Um Projecto de Intervenção Arqueológica Urbana. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 135-144.
- REAL, M. L.; GOMES, P. D.; TEIXEIRA, R. J.; MELO, R. F. (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 171-186.
- RIBEIRO, M. (1984) – *Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI*. Montemor-o-Novo: Ed. Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo. 93 p. (Cadernos de Etnologia; 1).
- RIBEIRO, M. C. S. (2002) – Acompanhamento arqueológico dos Trabalhos de recuperação urbana nas Ruas do Bairro da Sé (Porto). Metodologia e resultados preliminares. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 23-35.

- RODRIGUES, P. J. P. (2003) – *Comentários ao cavename dos destroços do navio do Cais do Sodré da 2ª metade do século XV/inícios do século XVI*. Paris: Université de Paris I – Sorbonne; Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. D.E.A. en Archéologie des Temps Historiques. Texto policopiado.
- RODRIGUES, P.; ALVES, F.; RIETH, E.; CASTRO, L. F. V. (2001) – L'épave d'un navire de la deuxième moitié du XVème siècle/début du XVIème, trouvé au Cais do Sodré (Lisbonne). In *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition – Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 347-380. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- SABROSA, A. (2008) – As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 109-142.
- SABROSA, A.; SANTO, P. (1992) – Almada Medieval/ Moderna – um projecto de investigação. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 1, p.5-12.
- SANTOS, C. L.; BARBOSA, C. S.; RAMOS, S. (2008) – Contributo da antropologia biológica para a História de Silves: resultados das intervenções arqueológicas durante o programa Polis (2004-2006). *Xelb*. Silves. 8, p. 417-430.
- SANTOS, M. J. (2006) – O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa): Contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 369-399.
- SANTOS, P. A. (2008) – Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, p. 324-345.
- SANTOS, R. (1956) – A faiança do século XVI nos primitivos Portugueses. *Panorama*. Lisboa. S. III, 4, p. 4-11.
- SANTOS, R. (1970) – *Oito Séculos de Arte Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. Vol. III.
- SANTOS, R.; FONTES, T. (2008) – Intervenção arqueológica na Rua do Jardim, n.º 21 Centro Histórico de Lagos. *Xelb*. Silves. 8, p. 341-363.
- SANTOS, V.; MARQUES, J. A. (2003) – Intervenção de emergência num edifício da Baixa de Lisboa CNN – Companhia Nacional de Navegação. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. p. 145-159.
- SARDINHA, O. (1990-92) – Olarias pedradas portuguesas: Contribuição para o seu estudo. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 8-10, p. 487-512.
- SARDINHA, O.; LONGO, P. (1999) – A cerâmica como objecto de estudo e exposição – duas experiências, múltiplas interrogações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 17, p. 123-152.
- SCHATTNER, T. G. (1995-97) – A igreja de Sant'Ana do Campo – observações num templo romano invulgar. *O Arqueólogo Português*. S. IV, 13-15, p 485-558.
- SEBASTIAN, L. (2010) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 675 p, 386 figs. Tese de Doutoramento em História – Especialidade de Arqueologia. Texto policopiado.
- SEBASTIAN, L.; CASTRO, A. S. (2010) – A faiança portuguesa no mosteiro de S. João de Tarouca: da restauração à reforma pombalina. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 57-78. (Promontoria Monográfica; 8).
- SEBASTIAN, L.; PEREIRA, H.; GINJA, M.; CASTRO, A. S. e (2010) – O levantamento gráfico da igreja e área de escavação do Mosteiro de S. João de Tarouca. As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 43-56. (Promontoria Monográfica; 8).
- SERRA, M.; DIOGO, M. (2008) – Polis de Lagos – Resultados preliminares. *Xelb*. Silves. 8, p. 215-222.
- SILVA, C. T. da; GOMES, R. V. (2002) – Primeiros resultados das escavações arqueológicas no Castelo de Aljezur. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. p. 347-356. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos.

- SILVA, J. P. N. da (1878) – *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa: Lallement Frères.
- SILVA, M. M. C. (1956) – Notas para o estudo de alguns azulejos do distrito de Leiria atribuídos à fábrica do Juncal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, III, p. 211-219, 17 figs.
- SILVA, R. B. da; GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos espaços e objectos*. Lisboa: Ministério da Educação. p. 285.
- SILVÉRIO, S.; BARROS, L.; TEIXEIRA, A. (2004) – Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 473-540.
- SILVÉRIO, S.; BARROS, L.; NUNES, D. (2010) – Arqueologia no Castelo de Penamacor – Cimo de Vila. A alcáçova e o cemitério. Resultados das campanhas de 2004 a 2006. *Arqueologia Medieval*. Porto. 11, p. 195-223.
- SIMÕES, J. M. S. (1979) – *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIMÕES, J. M. S. (1997) – *Azulejaria em Portugal no Século XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOARES, I.; PEREIRA, A.; OLIVEIRA, C. P. P. de; FREITAS, V. T. de (2008) – Intervenção arqueológica na Igreja Matriz da Mexilhoeira Grande, Portimão. *Xelb*. Silves. 8, p. 235-248.
- SOARES, J. (2000) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: IGESPAR. p. 103-130. (Trabalhos de Arqueologia; 14).
- SOARES, J.; DUARTE, S.; SILVA, C. T. (2005-2007) – Sismos e arqueologia urbana. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Cardoso, n.º 69, Setúbal. *Musa*. Setúbal. 2, p. 67-73.
- A SOCIEDADE Archeologica e o Museu Municipal da Figueira da Foz (1899). *Portugália*. Porto. 1: 1, p. 156-159.
- TAVARES, P.; SANTOS, A. L.; (2010) – O espólio antropológico e arqueológico das sepulturas das alas Norte e Oeste do claustro do Convento dos Lóios em Arraiolos (Alto Alentejo, Portugal). In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: DHAP da Universidade do Algarve. p. 241-252. (Promontoria Monográfica; 8).
- TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 501-520.
- TOMÉ, M. J.; MONTEIRO, M. F.; CORNACHO, M. G.; JORGE, V. F. (1996) – Aspectos da hidráulica do mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas. In *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente. p. 241-254.
- TORRES, A. M. (2007) – Contas Modernas do Palácio Marquês de Marialva. In *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa. Centro de História de Além-Mar. p. 181-237.
- TORRES, J. B. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 433 p. Dissertação Mestrado de Arqueologia. Texto policopiado.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (2001) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 349-353.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (2001) – Intervenção Arqueológica de emergência na Rua dos Correiros em Lisboa. As sondagens n.ºs 2, 6, 7, 9 e 10. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 1, p. 187-204.
- VALE, A.; MARQUES, J. (1997) – Escavações Arqueológicas no Largo do Corpo Santo (Lisboa): Estruturas do Palácio Corte-Real. In *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- VASCONCELLOS, C. M. de (1921) – *Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VASCONCELLOS, J. L. (1896) – Questionários archeologicos. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p. 237-238.
- VASCONCELLOS, J. L. (1897) – Museu Ethnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 113-115.

- VASCONCELLOS, J. L. (1897a) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, III, p. 303-304.
- VASCONCELLOS, J. L. (1905) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, X, p. 44-48.
- VASCONCELLOS, J. L. (1907) – Conselho dos Monumentos Nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, XII, p. 201-204.
- VASCONCELLOS, J. L. (1910) – Museu Municipal de Castello Branco. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, V, p. 120.
- VASCONCELLOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. 446 p.
- VITERBO, S. (1896) – Archeologia industrial Portuguesa Os moinhos. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, II, p.193-204.
- WARTBURG, M-L., von (1995) – Desing and technology of the medieval refineries of sugar cane in Cyprus. A case of estudy in industrial archaeology. In *Paisajes del Azucar*. Granada: Diputación Provincial de Granada. p. 81-116.